

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de
Produção Agrícola Familiar



TESE

**O futuro entre o rural e o urbano.
Um estudo de caso sobre a juventude rural no município
de Morro Redondo-RS.**

Maria Regina Caetano Costa

Pelotas, 2011.

MARIA REGINA CAETANO COSTA

**O futuro entre o rural e o urbano:
um estudo de caso sobre a juventude rural no município de
Morro Redondo-RS.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

Pelotas, 2011.

Dados de catalogação na fonte:
(Marlene Cravo Castillo – CRB-10/744)

C837f Costa, Maria Regina Caetano

O futuro profissional entre o rural e o urbano. Um estudo de caso sobre a juventude rural no município de Morro Redondo-RS / Maria Regina Caetano Costa ; orientador Antônio Jorge Amaral Bezerra.- Pelotas,2011.-119f. : il. - Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel . Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2011.

1.Agricultura familiar 2.Juventude rural 3.Estratégias profissionais 4.Sociologia rural I.Bezerra, Antônio Jorge Amaral(orientador) II.Título.

CDD 305.56

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

Profª Drª Giancarla Salamoni

Prof. Dr. Hélivio Debli Casalinho

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato

Prof. Dr. Lúcio A. de O. Fernandes

Profª Drª Cassiane de Freitas Paixão

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais Maria e Osmarino, companheiros incondicionais, agradeço a Deus por continuarmos juntos;

Ao meu irmão Ricardo pelo apoio e exemplo de vida;

Ao Henrique pela companhia para leituras, revisões, dicas e pelo afeto durante os momentos difíceis e que pareciam intermináveis;

Aos meus amados sobrinhos Rodrigo, Guilherme e a Marthinha;

AGRADECIMENTOS

Para elaborar uma tese de doutorado é necessário passar por momentos de individualidade e solidão. Assim fiz. Não imaginava que seria tão difícil e tenho ainda dificuldades para acreditar que esta etapa está sendo vencida.

Agradeço a Deus pela presença na minha vida.

Nesta trajetória, pessoas muito especiais estiveram junto a mim, algumas mais intensamente, outras, sem perceber estavam contribuindo, e aqui expressarei alguns sentimentos para agradecer:

Ao Professor Antônio Jorge Amaral Bezerra, pelo aceite em me orientar, pelo aprendizado, pela amizade e compreensão no decorrer do trabalho;

Aos meus ex-colegas e amigos eternos da Cooperativa Coagro em Capanema-PR, que me estimularam a ampliar meu conhecimento do mundo rural;

Aos jovens de Morro Redondo que compartilharam comigo as suas vidas permitindo que este trabalho fosse realizado;

Aos membros da banca examinadora Giancarla Salamoni, Hélio Casalinho e Marcelo Conterato, que desde a minha qualificação fizeram muitas contribuições, sendo solidários com a proposta;

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da UFPel;

Ao Tedy pelo fato de existir;

Por fim, não poderia deixar de externar um agradecimento especial àquelas pessoas que posso chamar de amigos e que sempre estiveram presentes em minha vida, e ficarão guardados para sempre no meu coração. Obrigado!

RESUMO

COSTA, Maria Regina Caetano. **O futuro entre o rural e o urbano: um estudo de caso sobre a juventude rural no Município de Morro Redondo-RS.** 2011. 120 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A população do meio rural vem experimentando mudanças em termos de ocupação da sua força de trabalho e, principalmente, nas suas condições de obtenção de renda. Estas mudanças afetam os diversos setores desta população de modo distinto. Entre os agricultores familiares tem ocorrido um importante processo de abandono do meio rural, principalmente pelos jovens, que buscam no meio urbano a realização para os seus projetos de vida. Os jovens, que identificavam na atividade agrícola um campo fértil para a sua realização profissional, passaram a perceber outras atividades desvinculadas da agricultura. As estratégias de reprodução das famílias rurais acabam sofrendo adaptações ao contexto socioeconômico em que vivem. Pode-se também observar que as prováveis crises e mudanças no meio rural afetam a construção dos projetos dos jovens rurais, então estes passam a reformular as estratégias familiares ou individuais, em contextos sociais e econômicos distintos. Este estudo caracteriza-se como uma sequência de um trabalho de pesquisa que originou uma dissertação de mestrado defendida junto a UFPel no ano de 2006, cujo público-alvo foram jovens estudantes de ensino médio da Escola Nosso Senhor do Bonfim, no perímetro urbano de Morro Redondo-RS. Perante este cenário, pretendeu-se através de um estudo de caso, retornar a estes jovens para investigar quais as estratégias profissionais quem vem sendo adotadas pela juventude rural para a permanência ou abandono do meio, no município de Morro Redondo. Para avaliar as informações atuais e as informações obtidas no período anterior fez-se o uso combinado de metodologia qualitativa e quantitativa, a fim de cruzar os discursos produzidos. As entrevistas permitem empreender que a incerteza de uma remuneração fixa se manifesta como um elemento que contribui para que a juventude abandone a atividade familiar, e a continuidade da educação formal vem apresentando-se como estratégia para a realização dos seus projetos de vida e, ameaçando assim, a possibilidade de sucessão nas unidades de produção familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Juventude Rural, Estratégias Profissionais, Sociologia Rural.

ABSTRACT

COSTA, Maria Regina Caetano. **The future of rural and urban areas: a case study of rural youth in the City of Morro Redondo-RS.** Brazil. 2011. 120sh. Thesis (Ph.D.) – Agricultural Family Production Systems Graduate Program. Federal University of Pelotas, Pelotas, Brazil.

The rural population has experienced changes in terms of occupation of its workforce and, mainly, in their conditions of income earning. These changes affect differently the diverse sectors of this population. Among the family farmers have been occurring an important process of rural areas abandonment, especially by the young, who search in the urban environment the accomplishment for their life projects. The youth, who identified in the agricultural activity a fertile field for their professional achievement, began to realize other activities unrelated to agriculture. The reproductive strategies of rural families eventually are adapted to the socioeconomic context in which they live. One can also observe that the likely crises and changes in rural areas affect the construction of the projects of the rural youth, then they start to reformulate the familiar or individual strategies, in distinct social and economic contexts. This study is characterized as a sequence of a research work that originated a dissertation defended at the Universidade Federal de Pelotas in 2006, whose target audience were high school students from the School Nosso Senhor do Bonfim, in the urban perimeter of Morro Redondo, RS, Brazil. Facing this scenery we intended, through a case study, to return to these these young people in order to investigate which are the professional strategies that have been adopted by the rural youth for the permanence or desertion of the area in the municipality of Morro Redondo city, RS. To evaluate the current information and the information obtained in the earlier period, we used qualitative and quantitative methodology combined, in order to cross the produced speeches. The interviews allowed us to conclude that the uncertainty of a fixed payment is manifested as an element that contributes to the youth to the abandon the familiar activity and the continuity of the formal education has shown itself as strategy to achieve their life projects, thus threatening the possibility of succession in family production units.

Keywords: Family agriculture, Rural Youth, Professional Strategies, Rural Sociology.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização geográfica do município de Morro Redondo-RS ...	62
FIGURA 2 – Escola Nosso Senhor do Bonfim, Morro Redondo-RS	66
FIGURA 3 – Jovens que deixaram a UPF	75
FIGURA 4 – Jovens que optaram pelo trabalho na UPF	76
FIGURA 5 – Banca de Hortigranjeiros, situada na BR 392	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Produto Interno Bruto, PIB per capita, IDH e outros indicadores referentes ao município de Morro Redondo	65
TABELA 2 – Outros indicadores referentes ao município de Morro Redondo-RS	66
TABELA 3 – Distribuição percentual dos estabelecimentos familiares segundo a área total do município de Morro Redondo-RS	67
TABELA 4 – Distribuição percentual dos estabelecimentos familiares segundo a superfície agrícola útil explorada	68
TABELA 5 – Entradas econômicas anuais das UPF	69
TABELA 6 – Expectativas e Realizações Profissionais da Juventude.....	83
TABELA 7 – Síntese das principais características dos agricultores familiares com sucessão	94
TABELA 8 – Síntese das principais características dos agricultores familiares sem sucessão	97
TABELA 9 – Síntese das principais características dos agricultores familiares com possibilidade de sucessão	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDLP – Agricultura Familiar Desenvolvimento Local e Pluriatividade
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DCSA – Departamento de Ciências Sociais Agrárias
FAEM – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FEE – Fundação de Economia e Estatística
IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFSul – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSPAF – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
RH – Recursos Humanos
UFPeI – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPF – Unidades de Produção Familiar

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	07
LISTA DE TABELAS	08
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	09
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema de Pesquisa	15
1.2 Hipóteses	18
1.3 Objetivos	19
1.3.1 Objetivo Geral	19
1.3.2 Objetivos Específicos	19
1.4 Metodologia	19
2 O MARCO CONCEITUAL: UMA FORMA DE PENSAR O RURAL	24
2.1 A Questão da Ruralidade	25
2.2 A Juventude Rural no Contexto da Agricultura Familiar	27
2.2.1 O universo das Unidades de Produção Familiares	31
2.2.2 Divisão do trabalho entre os membros da família	34
2.2.3 O processo migratório da juventude rural brasileira	37
2.2.4 A educação no cotidiano dos jovens: a importância na construção dos seus projetos de vida	40
2.2.5 Políticas públicas no Brasil para a juventude rural	42
2.3 Sucessão Hereditária: Expectativas da Juventude na Agricultura Familiar	46
2.3.1 A realidade das Unidades de Produção Familiares	46
2.3.2 O momento da transferência. Quem fica na Unidade de Produção Familiar?	49
2.3.3 Formas de recompensar os excluídos da terra	52
3 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA UNIDADE DE	

PRODUÇÃO FAMILIAR NO SUL DO BRASIL	55
3.1 A Colonização Européia no Município de Pelotas	58
3.2 O Contexto Empírico da Pesquisa – O Município de Morro Redondo-RS.	61
3.2.1 Perfil socioeconômico das Unidades de Produção Familiares em Morro Redondo	67
4 AS POSSIBILIDADES E ESCOLHAS PROFISSIONAIS DA JUVENTUDE RURAL: UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO	71
4.1 O Modo de vida dos jovens	72
4.2 Os Elementos que compõem a decisão em trabalhar fora da Unidade Familiar	76
4.3 Estratégias de reprodução das famílias dos entrevistados	84
5 QUAL O DESTINO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR?	89
5.1 Unidades Familiares com Sucessores	89
5.2 Unidades Familiares sem Sucessores	95
5.3 Unidades Familiares com Possibilidade de Sucessores	98
6 CONCLUSÃO	102
7 REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS	112
APÊNDICES	114

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a agricultura familiar vem ganhando importância para o desenvolvimento do meio rural brasileiro. Além de produzir os alimentos básicos que abastecem a população, é responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana. Exerce ainda, um papel de destaque na manutenção de um modo de vida peculiar, que possibilita uma relação positiva com os recursos naturais, que garantirá a reprodução das famílias e das gerações subsequentes.

Os agricultores familiares são os proprietários dos meios de produção, e a mão-de-obra é desempenhada pela família, podendo em algumas situações, recorrer ao trabalho assalariado. Sendo assim, o trabalho na unidade produtiva organiza-se com base em relações de parentesco, geralmente coordenado pela figura paterna, que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser detentor de um saber, que vem sendo transmitido de uma geração para outra.

Em seus estudos sobre o Brasil rural, Ignacy Sachs ressalta ainda outras características deste contingente populacional:

Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais (SACHS, 2001, p.04).

A reflexão empreendida por Lamarche (1993), segundo a qual em qualquer país onde as trocas são organizadas por intermédio do mercado, a produção agrícola, em alguma medida, é sempre garantida pela exploração de natureza familiar, ou seja, aquela onde meios de produção e trabalho têm relações diretas com a família.

O cenário apresentado no meio rural, com o passar dos anos, vem demonstrando a ocorrência do êxodo rural e agrícola, com redução da taxa de natalidade e o envelhecimento da população.

O êxodo rural, por si só, tem tornado-se um processo limitante na manutenção da população rural. A situação se agrava quando a migração é seletiva. Desde a década de 1970, o abandono da população jovem feminina foi superior à masculina (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Além disso, pode-se constatar a manutenção de baixos índices de escolaridade.

No caso específico da agricultura familiar, parcela importante deste cenário é representada pela juventude rural que sofre com a vulnerabilidade aos processos de mudança do sistema de produção agropecuário, do estilo de vida¹ rural e enfrentam desigualdades das condições de trabalho. Este panorama leva, em alguns casos, a juventude rural a tomar posições que afetarão a reprodução social das famílias rurais, através do processo migratório, podendo assim quebrar os mecanismos de hereditariedade.

O estudo de Stropasolas (2006, p.17), sobre a juventude rural, revela que “as desigualdades de gênero, as relações sociais geracionais, os padrões culturais associados aos problemas estruturais ainda não resolvidos nos espaços rurais, geram a invisibilidade, a exclusão e a mobilização da juventude rural”.

É oportuno lembrar que o jovem rural também se socializa no meio urbano, a começar pela frequência à escola, pois, geralmente, o meio rural oferece apenas o ensino fundamental e muitos jovens precisam contar com condições especiais para o deslocamento para a cidade, na intenção de dar continuidade aos seus estudos. Outro fator de atração da juventude rural para o meio urbano é a disponibilidade, nas cidades, de maiores opções de lazer. Esta proximidade permite que o jovem rural idealize seu futuro profissional entre o rural e o urbano.

O desafio de desenvolver um estudo sobre a juventude rural, conhecendo as suas reflexões, o seu modo de vida, a análise de suas perspectivas de futuro e outras especificidades, justifica-se pela necessidade de aprofundar esta temática, levantando aspectos relacionados ao planejamento sucessório que contribuam para

¹ Sociologicamente, o estilo de vida é com frequência estudado em relação à características sociais, tal como classe social. E também de interesse para os que estudam desvios e estilos de vida alternativos; a vida em comunidades rurais, urbanas e suburbanas; e os efeitos dos padrões de estilo de vida sobre a saúde emocional e física (JOHNSON, 1997 p.94).

assegurar a manutenção de gerações de sucessores na reprodução das famílias rurais.

Weisheimer (2005) realizou um estudo bibliográfico sobre o tema juventude rural e chegou à seguinte conclusão: a migração e a invisibilidade da juventude rural são dois dos fatores mais importantes nos estudos. Além disso, detectou pouca produção acadêmica² sobre esta temática no Brasil; menos de quatro trabalhos por ano, no período de 1990 e 2004. O autor revela “que os jovens rurais têm estado invisíveis para a maioria dos pesquisadores brasileiros”.

A presente pesquisa procura discutir a juventude rural a partir de uma base conceitual, a agricultura familiar e a relação rural e urbano.

É importante compreender e reafirmar os relatos de Castro sobre a necessidade de não separar a problemática vivenciada pelos jovens das dificuldades enfrentadas pela propriedade familiar, sendo que os problemas vivenciados pelos jovens são antes de tudo, os problemas da propriedade familiar, “formas de reprodução, difíceis condições de vida e produção” (CASTRO, 2009, p.190).

Com base nesta descrição, pretende-se compreender o universo da agricultura familiar, com ênfase na juventude rural, identificando suas expectativas em relação ao futuro profissional, dentro ou fora da unidade de produção familiar.

Acredita-se que, a realização deste trabalho poderá contribuir para o conhecimento da realidade e das necessidades da juventude, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas orientadas para o fortalecimento das famílias rurais.

Este estudo encontra-se organizado em cinco títulos. O primeiro título reúne a introdução, a definição do problema de pesquisa, os objetivos geral e específicos, as hipóteses e a metodologia proposta para a obtenção resultados da pesquisa. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste trabalho enfatizam o caráter científico da pesquisa, baseado em metodologia quantitativa e qualitativa.

O Título 2 apresenta a fundamentação teórica, tendo como finalidade discutir os conceitos elementares da presente pesquisa, revisando as principais abordagens que problematizam o debate sobre o rural, o urbano e a agricultura familiar.

² Foi identificado em nosso levantamento um total de cinquenta trabalhos realizados por cerca de 36 pesquisadores brasileiros. Entre o total de trabalhos encontram-se duas teses de doutorado, três livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos. Esses dados demonstram que as pesquisas sobre juventude do meio rural não constituem uma produção expressiva em termos de volume (WEISHEIMER, 2005, p.09).

Posteriormente, apresenta-se também a revisão teórica situando a Juventude Rural no contexto da agricultura familiar e as expectativas desta com relação à sucessão hereditária que serviu de base para o desenvolvimento desta tese. Considerando-se, importantes contribuições teóricas de estudiosos, buscou-se os argumentos necessários para analisar a dinâmica da juventude, ou seja, quais são as possibilidades de reprodução social dentro da unidade familiar ou fora dela.

O Título 3 consiste em um resgate sobre o processo histórico do Rio Grande do Sul, ilustrando como se deu a ocupação, organização e a formação da unidade de produção familiar no RS, apresenta também o contexto empírico da pesquisa – o município de Morro Redondo e alguns indicadores do município: Educação, Perfil das Unidades de Produção Familiares, Caracterização das Famílias e dos Jovens Investigados.

Os Títulos 4 e 5 são destinados à apresentação da combinação da metodologia quantitativa, através da exposição de alguns dados, com a qualitativa onde serão analisados os conteúdos oriundos das entrevistas realizadas, analisando, discutindo e comparando teoricamente os conteúdos extraídos a partir da pesquisa de campo. Abordou-se a percepção da juventude, suas expectativas e perspectivas, e opções em relação às escolhas profissionais diante das possibilidades oferecidas no meio rural e urbano.

Por fim, apresentam-se as principais conclusões deste trabalho.

1.1 Problema de Pesquisa

Realizar uma investigação mais aprofundada do papel exercido pela agricultura familiar exige o reconhecimento, por parte do pesquisador, de um dos seus aspectos mais relevantes que é a sua característica de reunir, no seu interior, uma diversidade de condições de reprodução social.

Segundo Wanderley (1998), em se tratando do campesinato brasileiro, a agricultura familiar não é uma categoria social recente, no entanto, os processos que afetam a agricultura e o cenário rural têm sido objeto de investigação no campo das Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia, Economia Rural dentre outros, dando ênfase às relações de produção no campo.

Jean (1994), fazendo referência aos proprietários de estabelecimentos familiares descreve o produtor familiar como um personagem híbrido, que acumula uma tríplice identidade composta por: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. Para tanto, teria direito tríplice a rendimentos na economia de mercado: rendas fundiárias ligadas à posse do solo, lucro como empresário privado e salário de trabalhador agrícola. Porém, ainda segundo este autor, para resistir, o produtor familiar teve ao longo da história que transferir a sua renda fundiária e o lucro à economia e à sociedade, buscando apenas um salário para subsistir. Sendo assim, não é o agricultor que acumula três tipos de rendas, mas a sociedade como um todo, que reúne três tipos de ganhos nas relações que ela mantém com a família produtora.

Diante disso, percebe-se que a agricultura familiar é um sistema de produção entendido como um conjunto de combinações. “A família é entendida aqui como um universo que transcende a racionalidade econômica, mesmo a interna; que envolve laços, valores e integrações que constroem relações sociais e significam seus membros” (TEDESCO, 1999, p.20).

Além de a agricultura familiar ser compreendida como um sistema de produção que possibilita o uso de combinações e diversificação, também tende a alocar os seus escassos recursos, tanto de trabalho como de capital, para melhor aproveitar o que a natureza lhe oferece, essas condições fizeram com que as famílias rurais transformassem-se em decorrência de uma economia moderna diferentemente da agricultura camponesa, que se detinha ao autoconsumo, a familiar passou a priorizar o atendimento do mercado urbano-industrial. O Estado passou a aparecer como um apoio aos agricultores, intervindo a seu favor, porque estes souberam utilizar-se das poucas políticas que os beneficiavam (JEAN, 1994).

Spanevello, dialogando sobre agricultura familiar, revela:

No Brasil, o debate e o crescente fomento à agricultura familiar ganharam visibilidade política e social na década de 1990, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Este é um programa de políticas públicas específicas para os agricultores familiares iniciado em 1995, pela pressão política dos sindicatos dos trabalhadores rurais e demais movimentos sociais ligadas ao campo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG. A implantação do PRONAF demarca, pela primeira vez no país, a destinação de recursos econômicos financiados pelo Estado para os agricultores enquadrados nesse segmento, com o intuito de fortalecer a produção agrícola e a viabilidade econômica. [...] o PRONAF trouxe o reconhecimento social de uma "nova" categoria no meio rural brasileiro: a de agricultor familiar (SPANVELLO, 2008, p.35).

As unidades familiares, frente a toda esta complexibilidade cada vez maior da economia com exigências quanto à especialização e à profissionalização, ainda enfrenta outros problemas. Na década de 90, alguns estudos passaram a diagnosticar fenômenos como o envelhecimento da população rural economicamente ativa e a sua masculinização (ABRAMOVAY et al, 1997; RIBEIRO, 1990). Outro fenômeno, facilmente observado, é o da redução no número de filhos entre as famílias do meio rural, comparado há outras décadas; além disso, existe a escolha profissional dos mesmos que tem pairado em atividades desvinculadas da agricultura. Os agricultores familiares adotam para si estratégias de reprodução e acabam tendo que adaptar-se ao contexto socioeconômico em que vivem.

Segundo Abramovay (2007), muitas das famílias rurais não vivem fundamentalmente da agricultura e dificilmente terão na agricultura a base decisiva de mudança de sua condição social e as possibilidades para melhorar suas condições de vida podem estar na agricultura ou fora dela.

O que se percebe é que prováveis crises e mudanças recentes no meio rural afetam a construção dos projetos de vida das famílias, e principalmente dos jovens rurais, onde estes necessitam reelaborar a formulação de estratégias familiares ou individuais em contextos sociais e econômicos distintos.

Na opinião de Carneiro (1999), referindo-se à organização social no campo, o jovem no interior da unidade familiar é percebido apenas na condição de aprendiz de agricultor no centro dos processos de socialização e da divisão social do trabalho.

Os estudos que vêm surgindo sobre a juventude tentam responder a questões fundamentais, dentre elas: quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam o seu futuro (WANDERLEY, 2007). Além disso, outros aspectos pontuais persistem em desafiar os jovens agricultores que optam por exercer esta profissão: a) a produção e a comercialização; b) as exigências para a obtenção de crédito; c) os riscos inerentes à atividade agrícola em face da instabilidade dos mercados; d) perdas na produção por questões climáticas, devido às doenças e outros. Toda essa problemática pesa no momento em que a juventude decide fazer a escolha entre ficar no meio rural ou mudar para a cidade.

Diante deste cenário pretende-se centrar a investigação na busca de respostas para algumas questões relacionadas aos projetos profissionais da juventude rural, dentre elas: Quais são as estratégias³ formuladas pela juventude rural quanto ao futuro profissional? Até que ponto a perda da centralidade da renda agrícola tem influenciado os jovens a abandonar a unidade familiar? Quais são as qualificações do jovem que assume o patrimônio fundiário? A juventude rural tem permanecido no meio rural ou tem se dedicado às atividades urbanas? Em suma, estas são algumas das questões que deverão ser respondidas a partir de investigações junto à juventude rural do município de Morro Redondo-RS.

1.2 Hipóteses

As hipóteses que orientam o desenvolvimento da pesquisa podem ser apresentadas nos seguintes termos:

1. A juventude rural abandona a unidade de produção familiar em busca de um novo padrão de vida numa perspectiva de renda superior à renda agrícola.
2. A juventude rural sente-se atraída pelas condições de vida oferecidas no meio urbano.
3. Permanece na unidade de produção familiar aquele jovem com o menor grau de escolaridade.
4. O jovem rural não acredita que a educação formal o capacite para exercer as atividades produtivas no meio rural e garantir a sua permanência nele.

³ A noção de estratégia neste trabalho é entendida recorrendo aos termos propostos por Bourdieu, como um sentido prático para a reprodução social, o qual pode ser comparável àquele existente em um jogo, "um jogo social particular, historicamente definido", cujas condições para se estar no jogo "se adquire desde a infância, participando de atividades sociais".

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar, entre os jovens oriundos do município de Morro Redondo, quais são as estratégias adotadas na escolha de suas profissões no espaço rural ou urbano.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Investigar as qualificações do herdeiro e dos não herdeiros do patrimônio fundiário;
2. Conhecer como se deu o processo de transmissão do patrimônio fundiário, considerando as diferenças entre as unidades com e sem sucessores;
3. Averiguar se o futuro profissional dos jovens é construído a partir do acesso à educação formal;
4. Contribuir com os estudos referentes à temática da sucessão na agricultura familiar, levando em consideração os agricultores familiares com e sem sucessores.

Com base nos objetivos propostos, este estudo visa, com o apoio de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, reunir subsídios para compreender o universo das famílias rurais centrando-se nas escolhas profissionais dos jovens rurais.

1.4 Metodologia

Para realizar este trabalho foi necessária uma revisão bibliográfica, sem a qual seria impossível compreender o universo investigado, e atingir os objetivos propostos. Optou-se pelo estudo de caso, considerando que descreveria a realidade do público pesquisado, contemplando as características gerais da pesquisa qualitativa.

Trata-se de um estudo de caso que, segundo Ludke e André, “é um estudo de um caso, seja ele simples e específico, [...] ou complexo e abstrato” (1986, p.17).

Para Yin, o estudo de caso “é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade” (apud GIL, 2008, p.58).

A abordagem de Ludke e André sobre o estudo de caso, mostra que uma vez identificados os elementos-chave e os contornos dos problemas darão liberdade ao pesquisador para coletar informações, atendo-se às características próprias do objeto estudado. A importância em delimitar os focos de investigação e estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Pensa-se que os estudos de caso são imprescindíveis para testar as hipóteses elaboradas, uma vez que “a observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e, portanto é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso” (BECKER, 1999).

A execução desta pesquisa implicou no uso combinado de métodos quantitativos e qualitativos. Quanto à pesquisa qualitativa considera-se que:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1999, p.21-22).

Este estudo tem como antecedentes uma pesquisa de campo desenvolvida em Morro Redondo-RS, entre os anos de 2004 e 2005⁴.

⁴ Esta pesquisa originou uma dissertação de mestrado, defendida em 2006 junto ao programa de Pós-graduação em Agronomia, FAEM/UFPEL; agregada a uma pesquisa mais abrangente, desenvolvida por pesquisadores respectivamente vinculados aos Programas de Pós Graduação em Agronomia e de Desenvolvimento Rural da UFPEL e UFRGS. Pesquisa essa financiada pelo CNPq e intitulada “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul”. Trata-se de um estudo de caso cuja execução implicou o uso combinado metodologia quantitativa e qualitativa. No primeiro caso, a pesquisa envolveu a aplicação de questionários em 62 estabelecimentos familiares de Morro Redondo. No marco metodológico da Pesquisa AFDLP, trabalhou-se uma amostra de aproximadamente 10% do universo de explorações familiares existentes no município. No que diz respeito ao tipo de

No período da pesquisa foram entrevistadas 30 famílias rurais em visita às unidades e 11 estudantes⁵, filhos de agricultores familiares, na escola “Nosso Senhor do Bonfim” (escola de ensino médio, situada no perímetro urbano de Morro Redondo).

Para a atual pesquisa retornou-se aos jovens entrevistados no trabalho anterior para investigar quais foram as suas estratégias adotadas na escolha profissional, pois, no referido período, muitos destes estavam cursando o último ano do ensino médio.

Na primeira pesquisa realizada em 2005, os jovens investigados moravam no meio rural, estudavam durante o período da manhã e auxiliavam nas atividades da unidade produtiva no período da tarde e aos finais de semana.

Na atual pesquisa, quando retornou-se aos jovens investigados, havia-se passado 5 anos e algumas transformações ocorreram em suas vidas. Os jovens encontram-se com a idade entre 21 e 26 anos; destes, 73% pertencem ao sexo masculino, e 27%, pertencem ao sexo feminino. A maioria já não reside com a família no meio rural. Logo após o término do ensino médio, 55% optaram em dar continuidade aos estudos, direcionando-se para áreas como: Técnicas (eletrônica, design de móveis, eletrotécnica), Ciências Agrárias: (agronomia); Ciências Exatas: (arquitetura, administração). Neste período, 27,2% dos jovens apenas estudavam, outros 27,2% associavam o trabalho aos estudos. Outros 27,2%, após o ensino médio, partiram diretamente para o mercado de trabalho urbano; 27,2% optaram pelo trabalho e pela permanência na propriedade, porém, destes, 9,0% interromperam o ensino médio, não retornando mais aos estudos.

A seleção dos referidos jovens, como sujeitos de estudos, justificou-se, por todos serem filhos de agricultores, terem a idade definida pela UNESCO para serem classificados como jovens até 26 anos e pelo fato de estarem identificados com o dilema da escolha de um futuro profissional.

Trata-se, portanto, da utilização da técnica de Amostragem Intencional. Segundo Gil, a Amostragem Intencional: “Constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base

amostragem, utilizou-se a modalidade correspondente à “Amostragem Sistemática por Comunidade”, em que o erro amostral pode ser aproximado da “Amostragem Aleatória Simples”.

⁵ Na época, estes jovens foram escolhidos de forma aleatória, desde que todos tivessem como requisito serem filhos de agricultores e estarem cursando o ensino médio.

nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2008, p.94).

Para Marconi e Lakatos, “A amostra não probabilística é a denominada intencional. Nesta, o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela” (2008, p.38).

O procedimento metodológico contou com pesquisa de campo cuja técnica foi a entrevista semi-estruturada, com base em um roteiro de questões norteadoras pré-estabelecidas e levantamento da memória e história oral⁶ dos sujeitos sobre o imaginário da vida rural e urbana.

Para avaliar as informações atuais e as informações obtidas no período anterior (2004/2005), fez-se o uso de análise de conteúdo⁷, a fim de cruzar os discursos produzidos.

Ao efetivar a análise de conteúdo e as informações de uma pesquisa do tipo qualitativa, o entrevistador precisa estar atento não somente às respostas, mas aos gestos, expressões, entonações, sinais não verbais, ou seja, há que ater-se à análise escrita, e de qualquer comunicação oral, visual e gestual (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Portanto, é necessária a realização de leituras prévias para organizar idéias, conseqüentemente analisar os elementos e as regras que as determinam (RICHARDSON, 1999, p.224).

Assim sendo, analisar o conteúdo tem como objetivo compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas (CHIZZOTTI, 1991).

Para estruturar melhor a apresentação das informações obtidas foram estabelecidas algumas categorias de análise, extraídas do roteiro de questões utilizadas para a entrevista.

No primeiro procedimento, após a realização das entrevistas, fez-se a transcrição do conteúdo contido nas fitas K7; o próximo passo foi a leitura atenta e minuciosa de cada entrevista, com o objetivo de compreender melhor o discurso,

⁶ É uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade (HAGUETTE, 1999, p.95).

⁷ Designa-se o termo análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis. [...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (BARDIN, 1977, p.37-38).

extraindo de cada uma delas o conteúdo que foi utilizado para atender aos objetivos propostos. Conforme Demo, para que a fala de alguém seja transformada em argumento são necessárias algumas condições metodológicas “[...] interessam depoimentos que atinjam em cheio a problemática em questão, ou seja, cuja pertinência seja clara” (2000, p.155).

Em linhas gerais, foram utilizadas as seguintes etapas para estruturar e concluir o conteúdo das entrevistas:

- a) Apresentação dos objetivos do estudo aos entrevistados, seguida da verbalização das perguntas e o registro das entrevistas;
- b) Leitura dos textos transcritos;
- c) Seleção dos trechos das entrevistas que fundamentavam os objetivos propostos;
- d) Construção de categorias com base nos trechos selecionados;
- e) Extração dos trechos selecionados das entrevistas, de acordo com as categorias construídas;
- f) Estruturação da redação.

Desta forma, pretendeu-se analisar as informações coletadas, realizando uma aproximação com relação às informações registradas⁸ em fontes secundárias, buscando indicações que permitissem alcançar os objetivos propostos.

⁸ Fez-se uso do gravador e diário de campo para possibilitar o registro das informações e o relato oral.

2 O MARCO CONCEITUAL: UMA FORMA DE PENSAR O RURAL

O propósito deste título é discutir os conceitos elementares da presente pesquisa, considerando-se, com efeito, importantes contribuições teóricas de estudiosos da área, numa perspectiva microssocial, eis que pretende-se fazer uma análise das vivências, das histórias e trajetórias de vida da juventude rural oriunda da região de Morro Redondo-RS.

O debate inicial, que se faz importante, refere-se às diferentes interpretações sobre os conceitos de rural e urbano⁹, estudos que tratam das suas relações tiveram grande expressão na Sociologia. Este debate não é recente, mas vem ganhando realce atualmente no interior da academia em decorrência das mudanças que os setores produtivos vêm experimentando com o processo de incorporação das novas tecnologias.

Em uma perspectiva sociológica, Kayser (1996) define o espaço rural como um modo particular de utilização do espaço e da vida social; Wanderley (2003) sustenta o rural como um estilo de vida, onde os indivíduos enxergam a si mesmos e o mundo à sua volta; nesta mesma perspectiva. Carneiro (2001) pensa o rural como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas.

Segundo relatos da literatura citada, as transformações ocorridas no meio rural ainda mantêm transmissão de práticas e de valores e da ruralidade. Os significados existentes do que seja rural e urbano, geralmente, são conexas a duas grandes abordagens: a dicotômica, onde a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade, e a de continuum que estabelece uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana (BERTRAND, 1973).

⁹ As primeiras interpretações sobre este tema eram dualistas, onde o rural e o urbano eram identificados como espaços com características próprias e isoladas. Concepções clássicas da dicotomia do rural e do urbano são evidenciadas por Sorokin, Zimmermann e Galpin (1981). Dentre os autores brasileiros, Carneiro, Rua e Wanderley fornecem significativas contribuições para utilizar: rural e urbano como categoria de análise. As concepções de Wanderley e Carneiro, entre outros, apontam que as modificações ocorridas no campo, não deveriam ser percebidas fundamentalmente, como levando à urbanização do campo, ou seja, tais manifestações socioeconômicas não representariam o fim do rural. Segundo essas autoras, a revalorização das representações sociais do rural e do urbano, indicaria para características socioeconômicas e culturais que singularizariam esses espaços.

A perspectiva do continuum, aprofundada por Redfield (1956), nos anos 1940 e 1950, trouxe a concepção de que o rural estaria cada vez mais sob influência do meio urbano. Sucessivamente, gerando a idéia de progressiva destruição das sociedades, modos de vida ou espaços ditos “rurais”.

O processo de modernização tecnológica na agropecuária vem intensificando ainda mais os estudos sobre a relação do rural com o urbano, e algumas transformações são visíveis: a emergência de um espaço rural multifuncional com a inserção de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, é visível comparado com o que dominava no passado.

2.1 A Questão da Ruralidade

O rural brasileiro que vinha sendo apresentado como um problema, devido ao isolamento, desenraizamento, miséria e outros, com o passar dos anos vem apresentando indícios que pode ser percebido como solução na opinião de Wanderley (2001). Nota-se nas ciências sociais um revigoramento dos debates, sobre o significado e o tamanho do Brasil rural. Segundo Schneider (2005), essa discussão passou a ser conhecida através do termo ruralidade.

Para Saraceno, a ruralidade é um conceito territorial que implica na homogeneidade dos territórios reunidos sob essa categoria analítica, e isso vale também para o conceito de urbano. Geralmente, a definição do que é rural e urbano é reconhecido intuitivamente para depois ser medido. Frequentemente tem-se ancorado que as diferenças são de natureza social e dificilmente algum órgão oficial tem encontrado uma definição que contemple todos os seus quesitos. Para esta autora, o processo de dinamização de áreas rurais está relacionado a dois problemas. O primeiro problema era o fenômeno urbano, enquanto a ruralidade tornava-se uma categoria residual, não havendo concentração populacional em uma determinada escala, denominava-se a área como rural. Um segundo problema refere-se à práticas de atividades agrícolas, na época pré-industrial as atividades agrícolas eram predominantes e eram consideradas um bom indicador de ruralidade (SARACENO, 1996).

Embora não exista acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade [...] há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas etc.) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluidos, permeáveis e transpassados; enfim, integrados de algum modo à sociedade contemporânea. Portanto, aquela idéia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento e à tradição, e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perdeu seu sentido (SCHNEIDER; BLUME, 2005, p.110).

Na concepção de Wanderley (2006), as ruralidades também se desenvolvem nos espaços urbanos, bem como as urbanidades podem desenvolver-se nos espaços rurais. Essa é a lógica da sociedade, que se transforma e preserva a existência dos espaços onde se vive e lê mundo. A ruralidade como uma construção histórica, deve ser compreendida a partir da existência de identidades.

Abramovay (2000), também faz contribuições sobre o problema da definição do rural. Em sua análise o fato do rural ser analisado como residual, como algo que está fora do urbano, levará ao esvaziamento do campo. Outro aspecto identifica a ruralidade como um conceito de natureza territorial e não setorial que supõe uma relação direta com a natureza.

O autor comunga da idéia apresentada na literatura que a ruralidade supõe, em última apreciação, o contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos.

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano [Saraceno (1996/1999) e OCDE (1994)]. As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura. Vale a pena examinar a definição recente da FAO/SDA (1998): “Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura” (ABRAMOVAY, 2000, p.06).

Em seu estudo sobre o rural e a natureza, Froehlich (2002) menciona a criação e agregação de novos valores e de bens econômicos que vem sendo atribuídos ao rural, chamando a atenção para a mercantilização deste espaço que atualmente decorre de uma mudança cultural na escala de valores sociais sobre o rural, decorrendo de demandas ecológicas e à busca da natureza: “O consumo do

rural e da natureza, nos moldes como está se processando hoje, aponta para as novas relações entre sociedade e natureza e para a consequente construção de novos sentidos sociais, e vice-versa”.

No ponto de vista de alguns pesquisadores, a construção do pensamento moderno na economia capitalista, a cidade e a indústria foram os principais pólos de valorização, alocando o rural como um lugar afastado e persistente às mudanças, essa concepção já vem sendo superada, embora o debate sobre a ruralidade ainda não chegou a um consenso. O que tem sido convergente entre muitos estudos é o equívoco de se reduzir a ruralidade a um critério normativo ligado a questões político-administrativas. Portanto:

[...] a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele (ABRAMOVAY, 2000, p.07).

Diante disso, pode-se afirmar que a realidade sócio-espacial deve ser encarada como algo que se torna cada vez mais complexa. É oportuno destacar que esta explanação em torno da conceituação sobre rural e urbano, naturalmente não é uma discussão conclusiva e sim desafiadora em sua essência, por sua vez a intenção é de perceber que os espaços rurais e urbanos não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente. Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando pesquisadores a formular abordagens que considerem os diferentes níveis de integração ou distanciamento.

2.2 A Juventude Rural no Contexto da Agricultura Familiar

O conceito de agricultura familiar vem sendo muito discutido tanto em espaços rurais como em urbanos, e também carrega, em seu interior, vários significados, o que dificulta uma denominação face as heterogeneidades deste

segmento no Brasil. O que é comum entre as mais variadas terminologias (agricultura familiar, agricultura camponesa, explorações familiares, pequena produção rural) que tentam explicar a produção rural familiar, é que há predominância do trabalho familiar e gestão da família na produção agrícola, podendo utilizar a mão-de-obra de trabalhadores permanentes ou não. Porém, como revela Blum (1999), a contratação para empregado permanente é limitada a um empregado, e ao trabalho temporário a quatro empregados.

A produção familiar, ao longo dos anos, vem adaptando-se às mudanças e buscando através da diversificação econômica, garantias para a permanência no meio rural. Esta diversificação econômica não constitui necessariamente o abandono da agricultura, o desenvolvimento local e endógeno, no ponto de vista de Wanderley:

Nas sociedades modernas o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda 'resignificação' de suas próprias funções sociais (WANDERLEY, 2000, p.97).

De acordo com o pensamento de Veiga e Abramovay (2003), qualquer estratégia de desenvolvimento rural, deve passar pelo fortalecimento da agricultura familiar. Os autores estão embasados na experiência dos países desenvolvidos¹⁰ que fortaleceram suas estruturas sociais agrícolas familiares como pilares, não só do desenvolvimento rural, mas, também do seu desenvolvimento integrado, rural e urbano.

A agricultura familiar admitida no presente estudo pode ser entendida nos termos propostos por Lamarche, para quem a família é a gestora de decisão, organização e direção nos rumos da unidade produtiva. A noção de agricultura familiar combina família, produção e trabalho. É o caráter familiar que permite que se estabeleça a diferença entre a agricultura patronal e a familiar. A agricultura familiar resulta da combinação de diferentes formas sociais, no tempo e no espaço,

¹⁰ Esse aprofundamento do conhecimento da estrutura social do desenvolvimento agrícola dos países capitalistas avançados mostrou um fato que a sociedade brasileira demorou muito para perceber: que em todas as nações do capitalismo central, sem exceção (isto é, nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa Ocidental, no Japão e, mais recentemente nos Tigres Asiáticos), a base social do desenvolvimento agrícola foi a unidade familiar de produção (ABRAMOVAY, 1997, p.20).

entretanto, ela "não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, a diversidade" (LAMARCHE, 1993, p.18).

Assim, a maioria das definições de agricultura familiar adotadas em trabalhos recentes sobre o tema, baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da unidade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

No âmbito da agricultura familiar, encontram-se os jovens inseridos no trabalho familiar, e recorrendo às palavras de Castro (2009, p.189), "Ser jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar". Além disso, algumas transformações já elencadas neste trabalho, levam-nos a questionar como estes jovens se sentem inseridos neste cenário, entre os dois mundos que lhes são apresentados: o rural e o urbano.

Assim, surge a necessidade de compreender as noções de rural e urbano, para entender a relação tecida entre os jovens com o rural e o urbano, suas contribuições para o encaminhamento dos seus projetos de vida, combinado com as outras dimensões que compõem a vida de cada um.

Perseguir-se-á neste trabalho a perspectiva de Wanderley (2003), cuja idéia de mundo rural, sustenta-se num universo que não é isolado, mas que carrega consigo especificidades, trazidas através da história; princípios comuns, estratégias globais e locais, e fundamentalmente, a valorização do saber dos agricultores, ou seja, o conhecimento acumulado de saberes que são repassados de uma geração para outra, e a reflexão sobre os distintos contextos sociais e locais.

A categoria de análise deste estudo é o jovem filho de agricultor familiar, porém a dificuldade em balizar com rigor uma categoria demográfica – que se define basicamente pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – não explica que se recorra a critérios exclusivamente biológicos, ou mesmo jurídicos, para definirmos a juventude (CARNEIRO, 1999).

Ainda, segundo esta autora, os jovens inserem-se em categorias intermediárias, e não recebem uma denominação específica por parte dos pesquisadores, são os "estudantes", no caso dos de origem urbana, ou, os "filhos de agricultores", no caso dos de origem rural. Esse contingente da população praticamente espera atingir a maioridade para se tornar aparente e qualificado como

objeto de estudo. Logo, os estudos que abordam a organização social no campo identificam o jovem apenas na condição de aprendiz de agricultor nos processos de socialização e de divisão social do trabalho, no interior da unidade familiar.

Os dados do IBGE de 2000 (cuja definição utilizada para jovem situa a faixa etária entre 15 e 24 anos – UNESCO) mostram que, no Brasil, apenas 18 % dos jovens moram na zona rural. No Brasil, dado o aumento da expectativa de vida, houve um alongamento dessa faixa etária para entre 16 e 34 anos (FRIGOTTO, 2004).

Com efeito, a análise deste estudo está centrada sobre o que a literatura chama de estratégias de mobilidade de reprodução da juventude rural, mais especificamente, tenta-se desvendar as estratégias utilizadas por estes membros das famílias rurais, traçadas de modo individual ou coletivo.

A falta de expectativas no meio rural para a juventude acaba direcionando os projetos de vida destes jovens para o modo de vida urbano. Segundo Castro (2009), esta problemática não é nova, faz parte da literatura clássica sobre o campesinato. Autores como Carneiro (1999), Heredia (1979), Moura (1978), Seyferth (1990), Woortmann (1995), consideram esta problemática como intrínseca ao processo social de reprodução do campesinato, e como consequência, da desvalorização do rural frente ao urbano.

Embora esta questão venha fazendo parte do cenário rural ao longo dos anos, outros problemas também passaram a acentuar o processo migratório dos jovens. Segundo Camarano e Abramovay (1999), as mulheres historicamente excluídas do processo sucessório, passaram a migrar mais que os homens, contribuindo para o processo de masculinização do meio rural.

O trabalho feminino não é reconhecido segundo sua importância, embora seja imprescindível para a manutenção da unidade familiar. Carneiro (2000) quando trata do papel da mulher do meio rural, questiona a sustentabilidade da dependência da figura masculina, uma vez que este modelo exige, como pressuposto a existência da família, fato este que vem se agravando pela tendência da redução do número de filhos.

Gaviria e Menasche (2006) esclarecem que inúmeros fatores têm incidido para a mudança do perfil das comunidades rurais, dentre eles a redução do número de trabalhadores dedicados à agricultura, a ampliação do mercado de trabalho não agrícola, bem como a intensificação das relações com outros espaços sociais,

decorrente da expansão de valores da sociedade urbano-industrial. Neste cenário de mudanças, a vulnerabilidade a que estão sujeitos os jovens, poderá afetar e colocar em risco a reprodução social das famílias rurais.

A agricultura familiar tem sua reprodução social influenciada por fatores distintos que poderão comprometer o trabalho das famílias rurais e garantir a continuidade das unidades ao longo das gerações. Esta situação pode ser explicada devido a algumas transformações provocadas pela modernização da agricultura, ocasionando assim, a crescente aproximação e os vínculos existentes entre o rural e o urbano. Este item tem por objetivo contextualizar a juventude rural na agricultura familiar, identificando o universo das unidades familiares, a divisão do trabalho, o processo migratório e o nível educacional no cotidiano da juventude.

2.2.1 O universo das Unidades de Produção Familiares

Historicamente o processo de formação da sociedade brasileira teve sua centralidade na terra. Desde os estágios iniciais do desenvolvimento, o Brasil se constitui num país caracterizado pela importância da atividade agrícola. O espaço rural brasileiro é heterogêneo, plural e diverso, tanto em termo dos agroecossistemas, quanto da diversidade sociocultural, dos processos de organização política, das formas de organização econômica e dos sistemas de produção. No entanto, essas realidades não devem ser percebidas como separadas e independentes (DESER, 1997).

Em se tratando da agricultura familiar¹¹, além de ser considerada como um espaço de produção agrícola e de dinamização das economias locais é, fundamentalmente, um ambiente social onde ocorre a reprodução da vida rural, da revigoração das relações da comunidade e de disseminação dos saberes tradicionais.

Almeida (1986) revela que os agricultores familiares, não possuindo uma dinâmica capitalista¹², sustentam-se ao longo dos anos, exatamente por serem

¹¹ A lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964, define que a propriedade familiar é “o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros” (apud BLUM, 1999).

¹² Correntes teóricas debatem os impactos do processo de penetração capitalista na agricultura. Na corrente Marxista, o capitalismo, ao penetrar no campo, provoca a mesma concentração de riqueza

famílias. Os pequenos produtores rurais¹³ representam, como afirma este autor, uma unidade familiar que combina trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional, com a finalidade de atender ao consumo da família e repondo os insumos necessários para dar início a um novo ciclo. Uma forma de explicar estes aspectos é reconhecer que as famílias adotam para si estratégias de reprodução (no curto e no longo ciclo), sendo que a resposta de curto prazo poderá ser a intensificação do trabalho, o trabalho assalariado de alguns membros da família e a redução do consumo. Quanto às estratégias de longo prazo, na migração precoce dos filhos (ALMEIDA, 1986) poderá ocorrer um maior controle do patrimônio fundiário, excluindo herdeiros legais, mulheres e filhos com exceção de um (MOURA, 1985), o qual será efetivamente o sucessor da exploração familiar.

Com o passar dos anos, a agricultura familiar é um tema que vem ganhando importância em diversos espaços, em órgãos públicos, no debate acadêmico, nos movimentos sociais no campo, porém também precisa ser reconhecido pela sociedade como um todo, por assumir um papel de destaque no abastecimento alimentar do país. Estudos da FAO/INCRA (2000) revelam que o universo da agricultura familiar exibe grande aptidão produtiva, contribuindo assim, de maneira efetiva, para o abastecimento do país, apesar do restrito acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas.

Na opinião de Roberto Malvezzi (2009), Assessor da Comissão Pastoral da Terra, “saber produzir comida é uma arte. Exige presença contínua, proximidade com as culturas, cuidado de artesanato¹⁴”.

Fazendo uso da expressão de Stropasolas, em sua investigação sobre o mundo rural,

Ainda existe um enorme contingente da agricultura familiar que permanece à margem das políticas e projetos vigentes, seja porque não se enquadra nos padrões dominantes, seja porque se depara com enormes dificuldades para acessar os recursos disponibilizados pelas instituições (STROPASOLAS, 2006, p.19).

que ocorre na indústria. A absorção das propriedades menos capitalizadas (grande capital), conduziria o produtor familiar à proletarização. Conteúdo detalhado de Marx (1988) e Lenin (1985) in Abramovay (1998) e Kautsky (1998). “O que Marx, não podia prever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar, como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura” (ABRAMOVAY, 1998, p.129).

¹³ Chayanov (1974) já havia considerado que a agricultura camponesa resistiria por ter vantagens em relação às grandes explorações, pois, a economia familiar poderia se manter em condições inviáveis para uma empresa capitalista, como o fato de trabalhar sem contabilizar o valor de sua força de trabalho.

¹⁴ Informação verbal entrevista Portal Ecodebate.

O Censo Agropecuário de 2006¹⁵, que, pela primeira vez retrata a agricultura familiar brasileira, revela que este setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável por significativa parcela da produção de alimentos dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumidos no país. A coleta de dados realizada pelo IBGE, identificou 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar que representam 84,4% de um total de 5.175.489 estabelecimentos, mas ocupam apenas 24,3% ou 80,25 milhões de hectares da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Apesar de ocupar menos que um quarto da área total, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões). Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é de R\$ 677,00, por hectare/ano.

VEIGA et al (2001), de uma forma resumida, notificam que nos sete censos agropecuários realizados no Brasil desde 1950, a participação dos agricultores que têm menos de 100 hectares nunca se distanciou de 90% do total de estabelecimentos, e sempre lhes coube 20% da área, o que indica uma permanência duradoura desses produtores de pequeno porte por toda a segunda metade do século. Essa permanência no cenário agrícola, apesar dos constantes desafios, mostra que esse segmento está em constante mudança, compondo estratégias de sobrevivência e reprodução, as quais dependem do meio no qual os agricultores familiares estão inseridos.

Schneider (2003; 2005), refletindo sobre distintos aspectos relacionados com a agricultura familiar, debruça-se sobre a noção de pluriatividade, compreendida como estratégias que combinam atividades agrícolas e não agrícolas, assumidas numa mesma unidade familiar e associadas aos mecanismos de reprodução do grupo social. Para este autor, os agricultores fazem uso de estratégias que podem incluir as migrações, a inserção nas agroindústrias, reconversão produtiva, entre outras, para assegurar a sua sobrevivência.

¹⁵ Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: Portal EcoDebate, 03/10/2009.

Lamarche também expõe seu pensamento investigando as estratégias familiares mostrando que:

Estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração. Poder-se-ia dizer, simplificando, que o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço aos numerosos “herdeiros”, um lugar de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar), sem que isso se torne técnica e economicamente inviável (LAMARCHE, 1997, p.205).

VEIGA et al (2001), ressaltam a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro, visto que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local, impulsionada pelas características de sua agricultura.

É fato que as famílias rurais, diante da falta de perspectivas, poderão direcionar alguns dos seus membros familiares para atividades desvinculadas da agricultura, e isso poderá colocar em risco também o próprio destino da unidade produtiva. Porém, é importante relatar que não existe um padrão de estratégias utilizadas pelas famílias. Isso dependerá de cada localidade ou região. Conforme Santos (1997) e Carneiro (2001), tratando especificamente sobre as estratégias de Sucessão Hereditária, as práticas sucessórias envolvem um contexto histórico, social, econômico, geográfico, entre outros aspectos.

2.2.2 Divisão do trabalho entre os membros da família

O processo de trabalho da agricultura familiar aparece como um espaço da ação pedagógica dos pais para com os filhos (WEISHEIMER, 2005). Possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços de produção e distribuição de riquezas, desigualdades e estratificações sociais, mas também criar espaços e conflitos sociais de gênero (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

A divisão de trabalho¹⁶ que se estabelece entre os sexos, é tratada por Garcia Jr. (1983), que analisou as formas de trabalho dos agricultores familiares de Pernambuco, o autor presume que o trabalho familiar não adquire sentido por ser realizado em outra atividade conjunta dentro do ciclo agrícola, mas é o produto deste trabalho, ao longo do ciclo, que permite reproduzir a unidade familiar.

A literatura evidencia convergência quanto ao entendimento da divisão do trabalho regida pelo gênero. Os homens dedicam-se predominantemente à agricultura e as mulheres às atividades domésticas. Em situações em que as mulheres participam das atividades produtivas, este trabalho passa a ser considerado como “ajuda” (GARCIA JR. 1983; LAMARCHE, 1997; PAULILO, 2004; BRUMER, 2004).

Observa-se que na organização do trabalho familiar prevalece a inclusão dos rapazes nas atividades mais pesadas e mecanizadas e

[...] conseqüentemente são destinados a tarefas de gestão da propriedade, recebendo a transmissão dos saberes agrícolas e administrativos necessários ao processo sucessório, as moças são destinadas as atividades consideradas leves, principalmente auxiliando a mãe nos afazeres domésticos. As moças quando requisitadas para as atividades consideradas como produtivas evidencia-se a necessidade da colheita e plantio, ou seja, do pleno emprego da mão-de-obra familiar (WEISHEIMER, 2007 p.02).

Acompanhando o entendimento de Weisheimer, sobre a divisão sexual do trabalho¹⁷, uma agricultora de Morro Redondo faz a sua distinção:

Há uma divisão do serviço do homem e da mulher no meio rural. Geralmente a mulher fica mais assim, na área onde tem mais cuidado, é mais delicado né? O homem não, o homem faz o serviço mais pesado. No nosso caso a nossa família, a gente trabalha com máquinas agrícolas, com defensivos, mexe com animais, a mulher é mais com o serviço delicado (Agricultora de Morro Redondo, 2005).

¹⁶ Divisão do trabalho neste item trata-se da divisão de tarefas atribuídas aos membros da família.

¹⁷ Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. (BRUMER, 2004)

Percebe-se também que, cronologicamente não há faixa etária que determine a inserção dos indivíduos no trabalho. O critério que define a inclusão das crianças é o fato de saber trabalhar, podendo existir variações de um grupo doméstico para outro¹⁸. Em geral, existe uma responsabilidade internalizada nos membros da família. Os adultos percebem a necessidade de envolvimento com o trabalho, e nele, as crianças são inseridas desde cedo, como se fosse uma brincadeira. Com o passar do tempo, percebem que o brinquedo tem outro nome, chama-se trabalho (COSTA, 2008).

Apesar da responsabilidade que cada membro da família possui na unidade produtiva, em alguns casos é preciso que uma parcela destes membros seja designada a desempenhar outra atividade fora da unidade familiar.

Costa e Costa (2008), analisando o trabalho, a pluriatividade e a previdência social rural, relatam que:

A necessidade de mão-de-obra adicional em determinadas fases do ciclo produtivo agrícola, em consequência do plantio, mais especificamente na colheita, obrigará o agricultor a reorganizar sua força de trabalho face à produção. Por outro lado, a precariedade de recursos faz com que muitos trabalhadores rurais busquem no emprego temporário uma forma de equilíbrio de suas contas, de modo a manter, com este complemento salarial, a própria atividade rural a que se dedicam. (COSTA; COSTA, 2008, p.58).

Os arranjos¹⁹ adotados pelo agricultor familiar para tornar a unidade de produção viável são inúmeros. Caso não esteja conseguindo assegurar a subsistência de sua família, segundo os padrões socialmente estabelecidos, o agricultor buscará outras estratégias que reforcem a sua renda. A sazonalidade do trabalho, também implica em momentos do ano em que o agricultor tem que abrir mão de alternativas de uso da força de trabalho de seu grupo doméstico, alguns membros poderão ser levados à migração.

¹⁸ O censo de 2006 diagnosticou que neste período havia mais de 1 milhão de crianças com menos de 14 anos trabalhando na agropecuária.

¹⁹ Um arranjo pode estar associado à produção agrícola, conteúdos de tradição, hábitos e práticas sociais etc.

2.2.3 O processo migratório da juventude rural brasileira

O processo migratório da população rural brasileira, segundo os últimos dados censitários, vem apresentando continuidade. Castro, refletindo sobre este tema infere que “a juventude rural no Brasil é constantemente associada ao problema da migração do campo para a cidade. Contudo, ‘ficar’ ou ‘sair’ do meio rural envolve múltiplas questões” (CASTRO, 2009 p.182). Neste mesmo viés, Pereira (2007) afirma que a migração pode ter várias causas e significados, dependendo das condições sociais e necessidades de cada migrante.

Durston (1998) analisa que nas comunidades pobres, de baixa produtividade e fragmentadas por vários herdeiros, onde imperam condições mínimas de sobrevivência, é comum ocorrer a migração de alguns filhos.

Recorrendo às palavras de Garcia Jr. (1983), investigando as formas de trabalho familiar em Pernambuco, o mesmo relata que a migração é uma tentativa de melhorar a vida podendo ser identificada como uma estratégia familiar:

Migra primeiro um filho solteiro ou o próprio pai e este membro avalia as condições de vida no local do destino, assim como as formas de obter a subsistência familiar. É quando julga que já há condições para assegurar trabalho e moradia para os membros da família, que viajam os outros membros da unidade doméstica (GARCIA Jr., 1983, p.81).

Do ponto de vista do autor, a migração de toda a família não revela que vendam a terra ou abram decisivamente os vínculos com o local de partida. É usual deixar tomando conta da unidade de produção um irmão ou parente, que servirá de garantia frente a possíveis problemas que possam ter enfrentar no local de destino. Migra-se porque não há mais condições de viver, ou seja, ou ao menos manter os padrões de subsistência da família.

Estes e outros arranjos podem ser vivenciados pelos membros da unidade familiar para que possam manter a propriedade da terra. O próprio trabalho na cidade é visto pela família como uma estratégia possível de ser adotada. Os filhos que trabalham na cidade, muitas vezes participam e contribuem com parte de sua renda para a manutenção da família. Estas alternativas poderão auxiliar a reequilibrar a própria condição do agricultor.

Sobre este tema debate Pereira em suas observações dos camponeses migrantes do Vale do Jequitinhonha (MG), revelando que:

Os processos culturais, políticos e econômicos do mundo contemporâneo, como a globalização, desemprego estrutural, migrações nacionais e internacionais, mundialização do capital, etc, envolvem todos os indivíduos na cidade e no campo. Nesse último espaço, a crescente chegada de equipamentos modernos como TV e telefone possibilita aos agentes sociais intensificar a ressignificação de tradições, símbolos e práticas da vida social, tendo em vista a realização de projetos individuais a partir dos quais possam se desvincular de sua família de origem e constituir uma nova família ou “optar” pelo celibato; ou ainda elaborar um projeto coletivo mantendo significativa colaboração com a família de origem e concomitante a isso formar uma nova unidade familiar autônoma (PEREIRA, 2007, p.150).

O autor explica ainda, a migração dos jovens rurais através de dois elementos que se entrelaçam, mas não se confundem: o que ele chama de caráter estratégico e o compulsório. O caráter estratégico advém de períodos de seca ou entressafra, e aponta que as situações de pluriatividade ou migração não assinalam a desarticulação da unidade produtiva. Já o caráter compulsório está vinculado aos processos de expropriação de terras e precárias condições de vida no local de origem. Portanto, esses dois elementos se misturam e constituem um estilo ambivalente dessa migração.

Além disso, é importante chamar a atenção para o pensamento de Wanderley sobre o momento de estruturar um projeto de vida²⁰ para o jovem rural:

As pesquisas sobre a juventude rural sempre localizam o jovem em uma situação concreta, na estrutura em que está inserido, não só na família, mas também no modo de produção e no contexto cultural [...] o jovem do meio rural guarda duas tensões a mais, não colocadas (pelo menos tão intensamente) pelo jovem do meio urbano. A primeira delas surge quando o jovem do campo se pergunta o que quer ser e fazer, porque ele também se pergunta “onde” quer ser ou fazer tal coisa: no campo ou na cidade. A dúvida entre ficar e sair é uma questão estruturante (apud ABRAMO, 2007, p.67-68).

²⁰ Entende-se como projeto de vida neste trabalho as articulações entre os projetos pessoais e as possibilidades existentes num determinado contexto ou sociedade (PEREIRA, 2004, p.04).

Segundo Abramo:

Os problemas e desafios encontrados no mundo do trabalho compõem um leque de questões a serem enfrentadas por esses jovens que outras gerações não enfrentaram. Reconhecer essa singularidade histórica implica, para a análise, e também para as posturas a assumir na política, a compreensão do que esses jovens vivem o que querem e como podem estruturar seus projetos de vida [...] outro ponto muito importante diz respeito à condição juvenil: muitos de nós, envolvidos com o tema, temos procurado pontuar o que há de comum entre todos os jovens e o que há de singular nas diferentes situações, o que pode ser chamado de condição juvenil e o que compõe situações diferentes e desiguais da juventude (ABRAMO, 2007, p.67).

Diferentemente do que tem sido apresentado na literatura, onde o imaginário do jovem em viver no meio urbano seria a realização dos seus sonhos, na opinião de Macedo (2007), coordenadora da Juventude da Fetraf-Sul, o jovem rural sabe dimensionar os problemas do campo²¹, mas também reconhece que há problemas na cidade. Segundo ela:

A proximidade com a cidade pode propiciar a seguinte situação: o meio rural para residir e a cidade para trabalhar [...] cria uma relação complicada entre a profissão e o seu reconhecimento, e o jovem acaba sendo mão-de-obra desqualificada e perdendo um conjunto de condições que teria como agricultor reconhecido (MACEDO, 2007, p.75).

O imaginário de ser jovem, citando Carneiro (2007), é que os jovens que vivem no meio rural não têm a vida da juventude urbana como um modelo ideal, mas desejam o melhor desses dois mundos. No entendimento desta autora:

[...] se falamos tanto de diversidade no modo de ser jovem, e que os jovens estão vivendo formas diferenciadas, expressando demandas diferenciadas sobre o que é viver a juventude, será que ainda podemos nos ater a esse padrão como ideal? Não seria mais profícuo aprofundar o debate sobre as diversas dimensões que compõem a vida juvenil hoje? (CARNEIRO, 2007, p.71).

²¹ O comentário de Wanderley sobre as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas revelam que: "as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas apontam não para o fim do mundo rural; mas para a *emergência de uma nova ruralidade*" (grifo da autora). Nesse cenário observa-se o surgimento de algumas designações, tais como: a emergência de uma nova ruralidade, o renascimento do rural, a ruralidade contemporânea, a valorização do meio rural, a ressignificação do rural; dentre outras.

Portanto, estes estudos demonstram que o processo migratório da juventude rural não poderá ser analisado de forma estanque sem contemplar vários aspectos. Na alusão de Castro (2009), o deslocamento dos jovens pode ser explicado por dois vieses; o primeiro refere-se à dificuldade enfrentada pelos jovens no acesso à escola e trabalho. O segundo refere-se principalmente à atração do jovem pelo meio de vida urbano, ou seja, pelo modo de vida urbano.

Nesta direção é que pretendeu-se continuar investigando a juventude do município de Morro Redondo-RS, visto que, traçando um comparativo entre o Censo de 2000 e o Censo de 2006 observava-se uma redução da população rural (o município tinha uma população rural de 3.847 pessoas, e este número caiu para 3.395 habitantes). Quanto à população urbana, também ocorreram transformações. De 2.151 habitantes apurados em 2000, na contagem de 2006, 2.897 habitantes estão estabelecidos na cidade.

2.2.4 A educação no cotidiano dos jovens: a importância na construção dos seus projetos de vida

É perceptível entre os jovens do meio rural que estudar é uma forma encontrada para abandonar a propriedade paterna em busca de melhores condições de vida. No caso específico das moças, o valor dado para os estudos significa a alternativa para abandonar a agricultura e o meio rural.

Kautsky, investigando a formação educacional dos jovens rurais, já dizia que a educação dos filhos dos grandes proprietários não estava ligada à agricultura como acontecia com o filho do pequeno agricultor. Relatava que os filhos dos grandes proprietários não recebiam formação agrônômica ou comercial, uma vez que a grande propriedade conservava a tradição feudal (KAUTSKY, 1986).

Nesta linha de pensamento, Carneiro revela:

Que o estudo é, então, visto como principal caminho para abrir novas alternativas ao “trabalho pesado”, ao pequeno retorno monetário e às incertezas sobre o futuro da agricultura, o que leva esses agricultores a vislumbrarem a cidade como alternativa desejável para os filhos, onde “a

vida é mais fácil” em comparação ao “péssimo negócio” que representa a atividade agrícola (CARNEIRO, 2005, p.248).

A autora, referindo-se ao desinteresse das moças pela atividade agrícola, indica que a valorização educacional para estas “decorre não apenas da ausência de uma posição socialmente reconhecida e valorizada da mulher dentro do estabelecimento familiar agrícola, como também do melhor nível educacional delas em relação aos rapazes” (CARNEIRO, 2005, p.255).

A saída dos jovens do campo nos dias atuais não está sendo percebida como algo a ser evitado, nem traumatizante. Os pais estimulam e até patrocinam, principalmente as filhas, para migrarem para outras cidades para estudar ou em busca de trabalho. As moças possuem visão diferenciada dos rapazes, para estas, a rejeição majoritária da profissão agropecuária, suas expectativas e projetos de vida estão vinculados ao meio urbano.

Para corroborar sobre a situação vivenciada pelas famílias rurais, um agricultor expõe o seu pensamento relatando:

A colônia tá muito ruim... então eles vão todos embora para cidade... um procura emprego... outro procura outro... porque a colônia tá muito ruim...bah... há 5 anos atrás o cara ia num boteco, não tinha dia de chuva aí.. assim... assim de jovem... Hoje você chega ai num boteco aí... não tem nenhum. Aqui nessa zona... tem mais é colono aposentado mesmo... aqui é.. pode recorrer, casa por casa, para você vê aí, muito difícil ter uma casa que não são aposentados [...] quem fica mais na terra é... pessoa jovem não fica... é muito difícil... meia idade vamos dizer é os pais... pode chega num colono ai e vê se tem um bem juvenzinho aí... que esteja plantando... tomando conta... não tem mais. São os pais que ficam (Agricultor de Morro Redondo, 2005).

Percebe-se que a dificuldade enfrentada pelas famílias rurais em manter os filhos na unidade de produção e até mesmo centrar a terra no sucessor, nos dias atuais, poderá ser garantida desde que estes se sintam amparados por políticas agrícolas entre outras, pois existem jovens com perfil para a profissão de agricultor e que sentem-se afinizados com a terra, mas que muitas vezes abandonam a unidade familiar por não encontrar viabilidade na atividade agrícola.

Tratando mais especificamente da juventude rural do município de Morro Redondo, a pesquisa realizada entre os anos de 2004 e 2005 revelou que “estudar e

permanecer na colônia para os agricultores não tem muito sentido”. Além disso, na opinião dos entrevistados, a falta de condições materiais da família levou alguns de seus membros a buscarem trabalho fora da unidade produtiva. A educação²² acabou sendo consequência desta busca, por melhores condições de vida, tendo em vista as exigências do mercado de trabalho urbano (COSTA, 2008).

Estes aspectos continuarão sendo investigados no decorrer desta pesquisa, na coleta de informações sobre a juventude rural de Morro Redondo, para verificar se diante do abandono da unidade de produção familiar optam pelo meio urbano em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho ou para estudar. Além disso, pretende-se investigar quais são as estratégias daqueles que optam por “sair” ou “ficar” na unidade produtiva, bem como, identificar a existência ou não das principais políticas orientadas para a permanência desta juventude no meio rural.

2.2.5 Políticas públicas no Brasil para a juventude rural

O tratamento do tema juventude e a implantação de políticas públicas²³ no Brasil é algo recente. No entendimento de Rua (1998), em meados da década de 90, as políticas públicas eram um conjunto de decisões e ações destinadas a resoluções de problemas políticos. Somente no final da década de 90 é que iniciativas públicas passam a ser notadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil e com outras dos poderes executivos Federal, Estadual e Municipal.

A partir do ano de 2005 foi criada a Secretaria Nacional da Juventude, tendo como objetivo elaborar políticas voltadas para a população jovem, esta secretaria institucionalizou o CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude).

A finalidade de elaborar políticas para a juventude vem ao encontro de repensar mudanças do modo de vida daqueles que são contemplados com ações que reconheçam os problemas sociais. Além disso, pensar na promoção de políticas públicas aliadas à sucessão rural, para que as mesmas possam garantir a

²² Historicamente, o conceito de educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem os seus sujeitos, sem a sua participação, mas prontos para eles (LUCAS, 2008 p. 118).

²³ As políticas públicas são práticas coletivas, representam ações ou mediações político-institucionais, definidas principalmente pela existência de recursos públicos e pelos mecanismos de intervenção do Estado na sociedade (RUA, 1998).

permanência da juventude no meio em que vivem, e quando esta opte pelo êxodo rural, evite-se a evasão total no espaço rural.

Na opinião da secretária de Jovens Trabalhadores Rurais da Contag, Maria Elenice Anastácio, ao participar da cerimônia de abertura do 2º Festival Nacional da Juventude Rural, que ocorreu em julho em Brasília em 2010, as políticas específicas para a Juventude existem, mas são voltadas para os centros urbanos, trouxe como exemplo o acesso à educação, para que os jovens tenham uma boa educação precisam abandonar o ambiente rural, e expôs: “Não somos a minoria, como é dito nas estatísticas. Somos marcados pela invisibilidade. Pregaram, ao longo dos anos, que a juventude é o futuro. Porém, esse futuro depende do presente que estamos ofertando para essa juventude”.

De acordo com Abad (2002), em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto (apud SPOSITO, 2003 p.18).

Especificamente sobre as políticas públicas para a juventude, embora a passos lentos, com o passar dos anos estão surgindo estudos que reconhecem a necessidade de políticas direcionadas para o reconhecimento do jovem rural como sujeito de direito e transformação do campo.

Conforme análise de documentos elaborados pelo CONJUVE e o Banco Mundial, duas especialistas em assuntos sobre a juventude brasileira, Mary Castro e Miriam Abramovay, publicaram um relatório²⁴ que apontam políticas públicas destinadas à juventude rural. O documento do CONJUVE aponta três políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que visam atuar diretamente na vida dos jovens rurais e recomenda que sejam expandidas. São elas:

1. Pronaf Jovem: linha de crédito especial de até 6 mil reais destinada a agricultores entre 16 e 25 anos que estejam concluindo o ensino médio ou que tenham participado de curso de formação.

²⁴ O ponto de partida é a análise de dois documentos recentes, a saber: Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas, produzido pelo CONJUVE e Relatório de Desenvolvimento Mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração, assinado pelo Banco Mundial.

2. Nossa Primeira Terra: uma das principais linhas de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário foi criada para atender à demanda de jovens sem terra ou de agricultores familiares. Para terem acesso ao crédito, os jovens devem ter pelo menos cinco anos de experiência no meio rural. Essa política conta com o apoio do Banco Mundial.

3. Consórcio Social da Juventude Rural: com a colaboração do Ministério do Trabalho, essa política é focada para a aprendizagem de ética, cidadania e educação ambiental, e para a elevação da escolaridade, pois, conta com oficinas de empreendedorismo, legislação agrária e trabalhista, contabilidade e gestão de recursos hídricos, entre outros.

O relatório elaborado pelo Banco Mundial em relação aos jovens rurais aponta:

1. Os jovens das áreas rurais, sobretudo os de mais alto nível de escolaridade, apresentam certo grau de mobilidade, podendo trabalhar em atividades não agrícolas, como as desempenhadas em empresas de pequeno e médio porte.

2. A migração rural-urbana é mais elevada entre jovens e, nas cidades, estes tendem a se concentrar em empregos e trabalhos de piores condições.

Através desta leitura o BM faz algumas recomendações: quanto à mobilidade, sugere que sejam desenvolvidas habilidades através da educação formal, experiências profissionais e treinamento não formal; ressalta também que a escola deveria colaborar com a experiência de trabalho, desenvolvendo habilidades diversas. Segundo o BM, há necessidade de políticas que forneçam mais informação e acesso ao crédito.

O MST tem uma opinião bastante crítica quanto às políticas para a juventude, principalmente sobre o subsídio ao programa “Primeira Terra” e ao Pronaf Jovem. No primeiro caso, compreende a política pública direcionada para a juventude como uma política de distribuição de terra, atribuindo que o Estado não tendo condições de realizar a reforma agrária e distribuir terra sem que as pessoas endividem-se, oferece a condição de subsídio, criando então “o meu primeiro jovem

endividado”, alegando que dificilmente ele terá condições financeiras para pagar o crédito e a terra. No caso do Pronaf Jovem, contestando que o governo precisa criar uma política de crédito para o custeio, mas também precisa pensar no investimento como um todo, proporcionando condições para que os jovens permaneçam no campo, pensando em uma política de agroindústria destinada para industrializar os produtos produzidos na agricultura, do mesmo modo, resolveria parte dos problemas da comercialização (CARNEIRO, 2006).

Concordando com o pensamento de Carneiro (2006) sobre o cenário das políticas públicas observa:

Um dado relevante é a reivindicação, cada vez mais presente nos fóruns de discussão e de mobilização política dos jovens rurais, da intervenção pública no sentido de criar programas voltados para a promoção de atividades culturais e de lazer para os jovens rurais. É um dado novo e relevante o fato de que os jovens, hoje em dia, não queiram mais ser obrigados a migrarem para a cidade para ter acesso à educação, trabalho, lazer ou atividade cultural. Entendem que tem o mesmo direito dos jovens urbanos e reivindicam acesso a esses bens no próprio meio rural (CARNEIRO, 2006, p.04).

O pensamento das lideranças dos movimentos sociais sobre o debate das políticas públicas em torno da juventude sugere que o mesmo não deva ser analisado de forma isolada, para isso é preciso discutir a juventude como um todo, investigando as questões que são comuns tanto para os jovens do rural como para os jovens do urbano.

Conforme foi comentado neste tópico, as políticas públicas ainda são vistas como uma abordagem recente e sendo assim admitem diversidades: de operacionalização, de orientações, disputa por recursos dentre outras. Outro aspecto importante é levantado por Sposito (2003) que se refere na forma como são concebidas as relações entre o Estado e a sociedade civil na adequação da esfera pública, no campo de disputas nas políticas públicas.

Como pode-se constatar através desta resumida explanação sobre as políticas públicas para a juventude no Brasil, existem ações de mobilização social e política, que devem ser adequadas de acordo com as necessidades dos jovens para

que estes percebam no ambiente rural, um lugar para que possam organizar as suas vidas.

2.3 Sucessão Hereditária: Expectativas da Juventude na Agricultura Familiar

Para que na agricultura familiar seja assegurado o prosseguimento do patrimônio familiar, será necessário que os seus descendentes tenham como projeto de vida dar continuidade a este segmento, ou seja, os agricultores idealizam em seus filhos, um sucessor para o seu patrimônio. Além disso, é importante preparar a condução do encaminhamento do estabelecimento aos filhos e a forma de transmissão do patrimônio, para evitar possíveis conflitos entre os descendentes, no momento da divisão. Neste item, pretende-se abordar as expectativas da juventude na Agricultura Familiar, contextualizando a realidade das unidades familiares, o momento da transferência, quem herda a unidade de produção e a forma com que serão remunerados os excluídos do processo sucessório.

2.3.1 A realidade das Unidades de Produção Familiares

A temática que envolve a sucessão hereditária como expectativa da juventude rural vem evidenciando uma problemática social, que se expressa na mobilidade e na espacialidade da juventude. A partir de certo momento, houve uma inflexão na forma de analisar os valores, visões de mundo e demandas dos jovens rurais, inquietando as instituições de pesquisa, a esfera pública e outras entidades representativas.

É pertinente destacar que o tema “sucessão hereditária”, sempre ocupou espaço nas preocupações das famílias rurais, com o passar do tempo, esta questão vem assumindo novos matizes: se antes a preocupação era com a disputa entre escolher o sucessor dentre muitos herdeiros, atualmente as famílias tentam garantir que haja pelo menos um dos filhos dispostos a dar continuidade ao processo.

Segundo Abramovay et al (2003), o processo sucessório na agricultura familiar está centrado na figura paterna, que determina a forma e em que momento ocorrerá a transferência das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento

para a próxima geração. O processo definitivo da transição da gestão do estabelecimento paterno leva em conta muito mais a capacidade e a disposição de trabalho do pai do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade.

De acordo com Lamarche (1993), investigando a região de Ijuí, deparou-se com a preocupação dos agricultores em relação ao futuro de seus filhos. As estratégias familiares apontam duas evidências: em sua maioria, os filhos permanecem no setor agrícola, e até mesmo, freqüentemente, na própria exploração, porém, existem expectativas diferentes para filhos e filhas.

O referido autor ainda revela que: No Brasil²⁵ não existe um mecanismo legal que permita a transferência progressiva da propriedade do pai, enquanto vivo, aos filhos ou que facilite aos filhos assumir a responsabilidade progressiva da gestão da exploração familiar (LAMARCHE, 1993 p.192).

Como adverte Carneiro (2001), embora o Código Civil²⁶ brasileiro estabeleça a igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito à herança, as regras consuetudinárias não reconhecem esse direito a todos os filhos.

No entendimento de Seyferth, independente de qual seja a forma legal de transmissão de herança, doação ou inventário, irá prevalecer, os arranjos costumeiros: “Entre eles, três são os tipos mais comuns: a exclusão das mulheres, a herança impartível e a herança compartilhada (mas nem sempre para todos os herdeiros)” (SEYFERTH, 1985, p.17).

Woortmann (1995), quando analisou a reprodução camponesa e o futuro das gerações, relatou que o dilema sucessório dá-se quando são introduzidos no universo da comunidade e da família, projetos individuais dos filhos, em oposição aos projetos coletivos da unidade familiar.

A literatura tem revelado que o processo sucessório não é devidamente tratado, sendo resolvido através da partilha judicial, após o falecimento dos proprietários. Em muitas situações, os bens são divididos entre os herdeiros, o que

²⁵ No Brasil, colocam-se duas questões a propósito da transmissão do patrimônio: a primeira consiste em determinar quem entre os numerosos herdeiros assumirá a sucessão do patrimônio familiar, a segunda refere-se aos mecanismos de transmissão das explorações de uma geração à outra (LAMARCHE, 1993, p.196).

²⁶ O Código Civil Brasileiro reconhece 3 regimes de bens no casamento: regime de comunhão universal, todos os bens dos cônjuges adquiridos antes ou depois do casamento passarão a pertencer a ambos os cônjuges, tendo cada um o direito à metade do patrimônio comum (meação); no regime de comunhão parcial, somente os bens adquiridos depois do casamento integram o patrimônio comum do casal, finalmente, o de separação de bens, no qual cada cônjuge é dono de todos os seus bens presentes e futuros (CARNEIRO, 2001, p.34).

ocasionará a fragmentação e a transformação da unidade de produção. Além disso, outras transformações são percebidas, é comum encontrar nas unidades familiares pessoas idosas responsáveis pela reprodução de alimentos, o campo também passou a ficar masculinizado para Camarano e Abramovay (1999) é um refúgio de indivíduos amparados pela previdência social rural.

Spanevello, em sua tese de doutorado, realizou um estudo sobre a dinâmica da sucessão Hereditária na Agricultura Familiar nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos situados na região central do Estado do Rio Grande do Sul, revelando:

As perspectivas de saída também são reforçadas pela proximidade com os valores urbanos em detrimento dos rurais. O sentido dessas mudanças levanta os "conflitos" e acentua as diferenças entre as gerações: "Os filhos estão abandonando a lavoura e o pai não manda no filho. Uma vez os pais mandavam mais os filhos e eles obedeciam". Essas distintas dimensões atingem os estabelecimentos e também a comunidade. Uma dessas mudanças diz respeito ao próprio lazer para os jovens e suas famílias nas comunidades rurais. Os jovens têm reduzido sua presença nesses espaços, tendo em vista a maior apreciação pelos espaços de lazer urbano (SPANVELLO, 2008, p.92).

Outro aspecto importante trata da redução do número dos filhos, estudos revelam que as transformações demográficas envolvem a queda da taxa de natalidade. Entre 1970 e 1990 o Brasil rural passou de famílias com 10 ou mais filhos, reduzindo-se numa geração, o número de filhos para em torno de 2,1 por mulher (RIBEIRO, 1990). A queda da taxa de fecundidade segundo o IBGE (2006) vem ganhando força, indicando que a mulher brasileira já tem menos de 2,0 filhos. Esse processo tem sido também observado nas áreas rurais, onde as taxas de fecundidade estão se aproximando das áreas urbanas. Nunes²⁷ (2009) atribui esse fenômeno à migração de jovens em idade fértil para as cidades e a generalização da cultura urbana.

Associado a esses problemas, está ocorrendo a redução populacional no meio rural, segundo as informações do Censo Agropecuário de 2006, em se tratando da Contagem Populacional do IBGE, a população rural²⁸ caiu 14,8% no

²⁷ Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE.

²⁸ Além da queda no número total de ocupações agrícolas, houve também uma queda no número total de ocupações denominadas de familiares (com laço de parentesco com o produtor, de acordo

Brasil, acima da queda das ocupações agrícolas, que foi de 7%. Essa queda ocorreu em todas as regiões brasileiras, ou seja, a queda nas ocupações agrícolas refletiu em queda na população rural, inclusive em nível mais elevado, indicando que as pessoas que deixaram a atividade agrícola não passaram a se ocupar em atividades não agrícolas no próprio estabelecimento, mas provavelmente migraram para o meio urbano.

2.3.2 O momento da transferência. Quem fica na Unidade de Produção Familiar?

Quanto ao momento em que irá ocorrer a transferência da unidade de produção, a literatura revela que não existe estratégia, discussão prévia sobre o processo sucessório, ou seja, não existe hábito entre a família de escolher qual o melhor momento para a transferência.

Este fato, já diagnosticado por Silvestro et al (2001), relatou ser este “um assunto sobre o qual pouco se discute na família”. Ao discorrer sobre sucessão profissional e transferência hereditária no oeste Catarinense. Na pesquisa de campo²⁹, os pesquisadores constataram que o baixo nível educacional oportuniza maiores chances no meio rural do que no urbano, para os rapazes; mas também para os agricultores de menor renda (terra escassa, de má qualidade) poderá estimular os filhos para a tentativa de vida no meio urbano mesmo sabendo que enfrentarão dificuldades.

Investigando o município de Morro Redondo, entre os anos de 2004 e 2005, encontrou-se unidades familiares em que os jovens haviam deixado o âmbito familiar e alguns com intenção de retorno. Em alguns casos, estes são estimulados pela própria família na busca de outros projetos fora do meio rural, ou seja, buscam outro estilo de vida que lhes deem um futuro melhor, não vendo na sucessão hereditária a solução para os seus problemas (COSTA, 2008).

Do ponto de vista de Champagne (1986), que explica a migração pela rejeição à atividade agrícola, onde a recusa dos filhos em dar continuidade à

com a denominação utilizada pelo IBGE), que passou de 13,6 milhões para 12,8 milhões no período considerado. Cabe destacar, portanto, que a redução de ocupações ocorreu tanto na agricultura de uma forma geral, quanto na agricultura familiar.

²⁹ Pesquisa realizada pela Epagri (1995) em dez municípios do Oeste de Santa Catarina, enfocando o destino das novas gerações no mundo rural e o próprio destino da Agricultura Familiar.

atividade profissional dos pais, demonstra inicialmente a renúncia do modo de vida dos pais. Segundo este autor “a crise de reprodução é então uma crise de identidade social”.

Traçando um paralelo entre opiniões de pais e filhos sobre a questão sucessória junto às famílias de Morro Redondo, observou-se que:

Abordar o tema sucessão hereditária junto aos agricultores exigiu muita cautela, exigindo a realização das entrevistas em momentos e locais diferentes para que os entrevistados (pais e filhos) pudessem externar livremente seus pensamentos em relação ao destino da propriedade. As entrevistas na escola com os filhos dos agricultores transcorreram naturalmente; ocasião em que falaram dos seus projetos de vida com muita transparência. Quanto ao destino da propriedade não demonstraram dificuldade em expor o interesse de permanecer ou não junto à família e dar continuidade aos projetos familiares na propriedade. Quando questionados se o assunto relativo à transmissão de patrimônio era comentado em casa, em todos os casos a resposta foi a mesma: não há comentários sobre este assunto entre os membros da família (COSTA, 2006, p.71).

Autores como Carneiro (2001) e Woortmann (1995), em seus estudos sobre transmissão do patrimônio fundiário, evidenciaram tanto o maiorato³⁰ como o minorato³¹, em famílias de origem alemãs e italianas. Porém, para Carneiro, a prática do maiorato perdurou por duas gerações, e o minorato passou a prevalecer na medida em que os filhos mais velhos iam casando. Conseqüentemente, aquele filho destinado à gestão da unidade de produção poderia também ser designado para o cuidado dos pais durante a velhice.

Referindo-se ao município de Morro Redondo, a pesquisa que enfocou esta temática (2004/2005) não revelou o predomínio dos padrões clássicos regidos pelo maiorato ou minorato. Encontrou-se correspondência com o que mencionam Santos (1997) e Carneiro (2001), revelando as práticas sucessórias contemporâneas diferenciadas do modelo tradicional devido aos novos comportamentos e estratégias familiares. O que prevaleceu na tomada de decisão foi a falta de atração no meio rural pelos jovens, contribuindo para que abandonem a unidade de produção familiar. Na maioria das propriedades ocorrem arranjos no âmbito familiar dos mais diversificados (COSTA, 2008).

³⁰ Definição para o filho mais velho.

³¹ Definição para o filho mais novo.

Outro aspecto determinante no meio rural para a escolha do sucessor, é que os assuntos relativos à terra, conforme relatado anteriormente, vêm sendo concentrados ao longo do anos na figura masculina, levando as mulheres à busca de espaço profissional fora da unidade produtiva, não encontrando nesta atividade perspectivas de trabalho.

Acompanhando este raciocínio:

Privar filhas de direito de herança da terra justifica-se nesses sistemas, pois as mulheres saem da comunidade, e “não podem levar as terras consigo”, além disso, espera-se que a família do marido lhes forneça terras (CÓRDOVA PLAZA, 2000, apud DEERE; LÉON, 2003, p.114).

A estratégia de exclusão das mulheres ocorre não por ser atribuída pela sua incapacidade ou inferioridade, mas por ser direcionada desde cedo às atividades desvinculadas da agricultura, tais como, de cunho doméstico. Segundo Carneiro (2001), as mulheres possuem três opções: o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato.

Em se tratando das mulheres, na contemporaneidade, estudar³² poderá estar associado ao abandono da unidade produtiva. Porém, a literatura já vem revelando, e referiu-se no item 2.2.4, que esta alternativa poderá ser utilizada tanto pelas moças como pelos rapazes. É pertinente afirmar que o baixo grau de instrução poderá sim ser um motivo para fazer permanecer na unidade de produção aquele filho com menor grau de escolaridade. Recorrendo às palavras de Silvestro (2001), “ou se estuda ou se fica no campo”.

Além disso, Carneiro (2003) menciona que a valorização dada à educação, a oferta de emprego não agrícola e outros aspectos causam efeitos depreciativos comprometendo o trabalho na agricultura. No entendimento desta autora:

³² A educação oferecida no meio rural, não é voltada para as necessidades do meio, predomina um currículo com concepções, informações e valores urbanos, provocando dissociação entre a escola e a realidade do campo.

[...] nos primeiros tempos o abandono da casa paterna era visto com naturalidade, como um dever decorrente da submissão dos indivíduos aos interesses familiares [...] mais tarde, [...] dependendo das condições econômicas da propriedade familiar, permanecer na colônia, passará a representar um fator de exclusão social (CARNEIRO, 2001, p.40).

Ainda na reflexão da autora, os padrões de transmissão do patrimônio familiar tendem a acompanhar as variações econômicas e sociais do meio a qual os agricultores estão inseridos. Com isso, as influências sofridas pelos agricultores em razão das mudanças de valores, a oferta de empregos urbanos e a redução da importância da atividade agrícola geram alterações, no que diz respeito às formas planejadas e/ou acertadas pelos agricultores na transmissão do patrimônio. Dentro dessa dinâmica, a terra não tem sempre o mesmo significado para os agricultores (CARNEIRO, 2001).

2.3.3 Formas de recompensar os excluídos da terra

Tratando-se de unidades de produção com pequena extensão de terra, é importante para a família evitar o seu fracionamento, não havendo terra para todos, alguns precisarão ser excluídos. O processo de partilha, definição do sucessor, forma de recompensa dos excluídos, dentre outros aspectos que envolvem o processo sucessório, envolverão valores, necessidades e expectativas dos envolvidos. Na análise de Abramovay et al (2003), certamente em muitos casos conduzirá a conflitos que vão desde as formas de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna até a questão do viés de gênero em que são recusadas as filhas.

A forma de recompensa para os demais herdeiros excluídos do processo sucessório dar-se-á de diferentes formas. Conforme a literatura vem abordando, a recompensa é diferente para filhos e filhas. E de acordo com Carneiro (2001) dependerá da situação de cada família, não existindo um padrão, o que a autora também enfoca, é que os filhos deserdados da unidade de produção poderiam também receber o que ela costuma caracterizar como “dote agrícola” (terra, equipamentos ou recursos financeiros) desta forma poderiam começar suas atividades em outra propriedade.

Carneiro também realizou um estudo sobre as práticas sucessórias e revela: “Como mecanismo de diminuir a pressão dos herdeiros sobre o patrimônio familiar,

no caso das famílias com grande número de filhos homens, é comum que ao menos um dos filhos seja orientado à carreira religiosa” (CARNEIRO, 2001, p.35-36).

Investigando as formas de antecipação de herança entre famílias mineiras, Machado (1998) identificou traços marcados pela organização tradicional da família no campo, tais como: a antecipação de terras para os homens, a desconsideração das mulheres, e das mesmas, àquelas que abandonavam o núcleo familiar perdiam a condição de reclamar os seus direitos.

É comum encontrar diversas formas de compensação, os demais herdeiros excluídos da sucessão poderão receber da família: dinheiro ou custeio de estudos; dependendo da situação econômica de cada filho (herdeiro), estes poderão também abdicar do direito à herança; e, o sucessor também poderá compensar os demais irmãos. Na concepção de Moura (1998), o processo sucessório era resolvido de acordo com as possibilidades e necessidades de cada membro, cada um buscava melhores condições de vida.

Spanevello e Lago, investigando os arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar, nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, relatam:

Quanto às formas de compensação ou divisão, todos os filhos receberão alguma quantia, mas há a possibilidade, segundo os agricultores, de auxílio mais intenso aos que ainda não estão “bem instalados”, como por exemplo, os filhos que ainda estudam e não terminaram a faculdade ou que não têm um emprego bem remunerado (SPANVELLO; LAGO, 2008, p.07).

Evidencia-se que nas unidades de produção familiares, as estratégias adotadas pelas famílias são diversas: na dinâmica do trabalho, na transmissão do patrimônio fundiário, nas formas de recompensa para os excluídos, dentre outras. Especificamente a ruptura da lógica da continuidade coloca aos agricultores um impasse sobre o destino a ser dado ao patrimônio, como a terra, a casa e os demais bens. Neste caso, cada família adota uma estratégia de acordo com a situação vivenciada, impossibilitando delimitar uma forma única.

Carneiro (2001), procurando identificar alguns padrões que estão sendo utilizados na agricultura familiar revela que “fica em casa quem tiver mais aptidão para a agricultura e menor vocação para os estudos”.

O próximo título tratará brevemente da colonização e formação das unidades familiares de produção no Rio Grande do Sul, da colonização européia no município de Pelotas, e na sequência, dar-se-á ênfase ao município de Morro Redondo.

3 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR NO SUL DO BRASIL

O Rio Grande do Sul é um Estado marcado por diferentes formas de ocupação. Sobre a Imigração e Colonização no Rio Grande do Sul, Lando e Barros (1992) relatam que os imigrantes que se dirigiam para este estado eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. Estes imigrantes recebiam terras do governo imperial, localizadas próximo de algum centro urbano, porém, relativamente distantes das áreas da grande propriedade, para não representar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica. O processo de colonização deveria se concentrar em áreas que não fossem consideradas propícias às culturas desenvolvidas pelo latifúndio, no qual os grandes proprietários de terras dedicavam-se à atividades de criação de gado.

Durante o século XIX, o governo pretendia alcançar objetivos específicos. Dentre outras características, a política colonizadora pretendia: a) evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento; b) as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas; c) o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente ou através da produção familiar. Com o passar do tempo a terra, que não possuía valor econômico, passou a adquirir um novo significado com a concessão de sesmarias³³ – área correspondente a 13.063ha, ou o equivalente a 522.7 colônias³⁴, que dependiam da doação do vice-rei –, serviam à criação de gado em regiões de melhores pastagens. Outro modelo de propriedade foi a concessão de datas (a extensão de 1000 ou 40 colônias de terra, podendo ser doadas pelo governador), geralmente destinadas à agricultura. Criou-se, assim, a propriedade da terra, que passa a ser tratada como mercadoria.

A colonização no Brasil por via oficial encontrava êxito nas áreas onde a ausência da grande lavoura propiciava a formação da pequena unidade produtiva. No caso do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o imigrante vinha para

³³ Lote de terra inculta que os reis de Portugal cediam para cultivo.

³⁴ A denominação de colônia foi designada pela legislação imperial às terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil (GIRON, 1980).

colonizar, entrava imediatamente na posse da terra, fixando-se nela como pequeno proprietário rural. As primeiras iniciativas relativas à imigração ocorreram por volta de 1752, com os imigrantes açorianos; em 1824, com os alemães, e em 1875, com a chegada das primeiras levas de imigrantes italianos (LANDO; BARROS, 1992).

O Rio Grande do Sul foi o estado com maior desenvolvimento no processo emigratório, onde se iniciou a maior colonização oficial do país. Este processo teve início em 1824, com a fundação da Colônia de São Leopoldo, que entre outras tantas, foi a que mais se destacou, por ter sido o primeiro núcleo colonial de iniciativa oficial nesta Província, como também por ser o centro onde partiram imigrantes para outras colônias, tornando-se o foco da irradiação da colonização alemã no RS (FREITAS, 1987).

A estrutura criada pelo sistema de colonização oficial, que produziu e consolidou a pequena unidade produtiva, ocorreu devido a alguns fatores, foram eles: a concessão de vantagens à imigração estrangeira, o favorecimento de leis, a inexistência de concorrência entre latifúndio e pequena unidade e o consumo dos centros urbanos que demandavam produtos das colônias emergentes.

Os imigrantes alemães foram os que mais desenvolveram a agricultura familiar, porque tinham liberdade de escolher o que plantar e como produzir na sua unidade produtiva por serem os pioneiros. Este modelo de produção se caracterizava pelo trabalho familiar e não assalariado, em que pese à intensidade do trabalho depender do número de integrantes da família. Com o passar dos anos, quando foi possível produzir excedentes, estes eram comercializados para o reinvestimento na produção ou em melhorias para as condições de vida das famílias. Quanto aos imigrantes italianos, em relação aos alemães tiveram desvantagens, pois, além de comprar terras mais caras, também encontraram o comércio organizado e monopolizado pelos alemães. Se, por um lado, isso beneficiava a comercialização de suas safras, por outro, seus produtos teriam que competir com os produtos alemães. Diante deste contexto, uma das soluções encontradas foi a especialização em certas culturas. A viticultura familiar expandiu rapidamente, em face da existência de um mercado em expansão no centro do país em comunidades de origem italiana (FREITAS, 1987).

Referindo-se à colonização alemã e italiana Pesavento avalia dois momentos:

Com referência à vinda dos imigrantes alemães, preponderavam ao que parece, os interesses relacionados com o povoamento e colonização de área ainda virgem e com a possibilidade de que núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a neutralizar, pelo seu peso, o poder de oligarquia regional. Não pode ser desconsiderada também nessa época, a perspectiva da diversificação da estrutura produtiva [...] Já com referência à vinda dos italianos, o interesse do centro ao que parece se prenderia, primordialmente, a dois fatores básicos: promover o abastecimento do mercado interno brasileiro gerado pelo complexo cafeeiro e formar, no sul, núcleos coloniais bem sucedidos que pudessem servir como foco de atração à imigração estrangeira para o país (PESAVENTO, 1985, p.46).

Portanto, tanto os alemães como os italianos vieram para o Rio Grande do Sul ocupar terras que não estavam sendo ocupadas pelos fazendeiros gaúchos, as quais foram destinadas à produção de alimentos para suprir as necessidades da população sulina. Portanto, segundo Moure (1990), a imigração alemã e italiana é fruto de interesses que estabeleceram: a área geográfica a ser ocupada, o tipo de propriedade, a diversidade da produção e o uso de mão-de-obra familiar. Estes imigrantes estiveram isolados do setor pecuarista gaúcho, pois, tinham como princípio inicial garantir a subsistência, contudo, quando passaram a produzir excedentes, os mesmos foram comercializados.

A exploração nas colônias caracterizou-se pela diversificação de culturas e o uso de técnicas agrícolas trazidas do velho continente e que foram adaptadas à realidade local. Os imigrantes passaram por um processo de adequação ao ambiente, desenvolvendo técnicas inovadoras que lhes permitiram a sobrevivência e que são mantidas até os dias atuais, em grande parte.

Para Seyferth (1990), a diversificação da produção agrícola foi o fator econômico fundamental que derivou da colonização, sendo considerada a base da sobrevivência da unidade familiar de produção no sistema capitalista. Além disso,

[...] a exploração agrícola caracterizou-se pela policultura, pelo trabalho familiar e pela introdução de algumas plantas desconhecidas ou pouco utilizadas na região. A colônia, enquanto unidade mínima de sistema representa uma simbiose de elementos brasileiros, alemães, italianos, enfim europeus, que resultou em uma organização econômica e social diferente, tanto da que conheciam na Europa, como da que encontraram no Brasil. Esses colonos são diferentes dos caboclos, caipiras, roceiros, e outras categorias comuns no mundo rural brasileiro. Essa diferença se situa no plano da organização social da comunidade e da ocupação do espaço (SEYFERTH, 1990, p.30).

3.1 A Colonização Européia no Município de Pelotas

Em Pelotas, esses imigrantes não portugueses³⁵ chegaram por volta de 1885 para ocupar as terras do norte do município. Estas terras localizavam-se na Encosta da Serra dos Tapes, não sendo na época exploradas, correspondendo a terrenos acidentados e montanhosos, então considerados impróprios para a criação de gado. Os proprietários (luso-brasileiros) de estâncias, que haviam se instalado anteriormente, eram donos de grandes extensões de terra e tinham suas bases econômicas na criação de gado para alimentar as charqueadas.

Pelotas, uma das mais antigas sociedades do Rio Grande do Sul, “[...] veio a ser o centro de uma aristocracia, rica classe de senhores de escravos, constituída pelos grandes criadores de gado – os estancieiros – e pelos produtores da carne salgada em mantas – os charqueadores” (GRANDO, 1990, p.17).

A economia do município era fundamentada, basicamente, em torno do charque, dando origem as primeiras indústrias do RS. A indústria do charque representou o agente propulsor do desenvolvimento, vigor e riqueza do Estado sulino, constituindo ainda uma das atividades mais significativas na vida econômica no extremo sul gaúcho. Era produzido pela mão-de-obra escrava sendo destinada à alimentação destes trabalhadores e da população de baixa renda do país, e inclusive do exterior.

O advento da Lei Áurea, e a concorrência do charque oriundo da região da Prata foram os principais causadores do declínio da produção gaúcha, principalmente a pelotense³⁶. Diante deste cenário, a imigração européia tornou-se a nova motivação para a revitalização da economia gaúcha, que estava paralisada. No entanto, aos imigrantes não portugueses foram concedidas apenas terras que não

³⁵ Conforme Salamoni (2000), a colonização européia não-portuguesa modificou sensivelmente a fisionomia do território gaúcho, pois imprimiu um modo de organização social e econômica particular. “As colônias agrícolas, assim firmadas, reuniam condições que asseguravam a posse da terra aos agricultores, dando-lhes também aquele sentimento de dignidade a quem trabalha e procura produzir: a propriedade dos seus meios de produção” (SALAMONI, 2000, p.52).

³⁶ Com o declínio das charqueadas, ocorreu à transferência de capitais e terras para o beneficiamento de arroz. Pelotas transformou-se no maior centro brasileiro de beneficiamento de arroz, como também, anteriormente aos engenhos de arroz surgiram as fábricas de doces, passas e conservas (GRANDO, 1990).

eram economicamente ainda exploradas pelos estancieiros pelotenses, porque não lhes interessavam, ou porque eram impróprias para a pecuária. As terras da Serra dos Tapes, desde o início da ocupação, foram destinadas à pequena unidade de produção familiar, formando assim os primeiros núcleos coloniais, que tinham como principal característica a policultura voltada para o autoconsumo e as atividades de pecuária de pequeno porte.

Neste sentido,

Toda a serra foi dividida em pequenas propriedades, as picadas multiplicavam-se e nelas o movimento crescia. Estabeleceu-se ali uma corrente de imigrantes, que geralmente não chegavam diretamente da Europa. Eram originários das colônias situadas mais ao norte do Rio Grande do Sul, sendo na sua maioria alemães. Mas afluíram para lá também, espanhóis, austríacos, franceses e italianos, muitas vezes vindos mesmo de outras províncias (GRANDO, 1989, p.73).

Inaugurava-se uma nova forma de produção e relação com as unidades das famílias rurais. As colônias, na região de Pelotas, serviram para reativação do desenvolvimento regional, com o objetivo de suprir a produção de alimentos não produzidos pela agricultura local baseada na grande propriedade dedicada à pecuária extensiva. Dentre a classe de estancieiros e charqueadores surgiram elementos que perceberam no processo de colonização uma nova forma de enriquecimento. Sobrevinha a especulação fundiária, onde estes se apossavam de terras vizinhas às suas propriedades, mantendo para si as terras planas, transformando-as em colônias para vendê-las aos imigrantes (GRANDO, 1990).

Este sistema de colonização privada era composto basicamente de camponeses teuto-brasileiros, ítalo-brasileiros e franco-brasileiros, os quais nestas pequenas unidades desenvolviam a policultura associada à pecuária. Supriam as necessidades da própria família, mas também abasteciam o mercado urbano. Na mesma proporção, praticavam o artesanato para uso doméstico e confeccionavam ferramentas e equipamentos para o trabalho agrícola. Economicamente, essas explorações eram viáveis, não originando necessidade, por parte desses camponeses, de venderem sua força de trabalho. Nota-se que a agricultura familiar, no RS, representa um papel marcante ao longo do tempo, o qual se expressa do

ponto de vista econômico, social e político, tendo como característica uma agricultura diversificada e intensificação dos processos produtivos.

A dualidade constituída pela grande lavoura e lavoura de subsistência, no Estado do Rio Grande do Sul, originou-se dos princípios da formação territorial, permanecendo até os dias atuais. Assim, latifúndio e minifúndio, pecuária tradicional e agricultura familiar, alternaram-se em funções que auxiliaram a sustentar o crescimento do pólo dominante, dando continuidade ao processo de integração do Estado ao núcleo da economia brasileira (FEE, 1982).

As condições favoráveis de clima e solo e, sobretudo a existência de um mercado urbano em potencial motivaram os pequenos agricultores a desenvolverem comercialmente a produção de legumes, hortaliças e frutas, Por volta de 1940 já era possível encontrar no mercado pelotense 41 variedades de frutas, Boa parte da produção era remetida para fora do município "in natura", e a restante era localmente transformada em passas e doces e depois vendida (GRANDO, 1990, p.48).

A estrutura social e econômica implementada no Estado do Rio Grande do Sul pelos agricultores familiares, estabeleceu um estilo de vida, uma forma de produzir e, fundamentalmente, uma forma de sociabilidade, no que se refere à organização do trabalho voltada ao atendimento das necessidades da família. Nos dias atuais, a agricultura familiar representa uma das formas sociais de produção das mais importantes no espaço rural gaúcho, porém vem sendo alvo dos efeitos do processo de minifundização, que ocorre por meio da partilha das unidades por parte das gerações subsequentes, influenciando na reorganização do espaço, bem como, na formação de novas unidades familiares.

O propósito de apresentar esta contextualização histórica da imigração e ocupação no extremo sul gaúcho tem por objetivo localizar o leitor no tempo, apresentando a forma com que a região sul foi colonizada, e principalmente, como se deu a inserção da pequena propriedade na região, formando as unidades de produção familiares.

O próximo item contempla a apresentação da área de estudo. Descrevem-se as características do município de Morro Redondo, selecionado para a coleta de informações para a elaboração da referida tese.

3.2 O Contexto Empírico da Pesquisa – O Município de Morro Redondo-RS

O início da colonização de Morro Redondo deu-se em 1865, com a chegada de imigrantes de origem germânica, italiana, francesa e portuguesa. Trata-se de uma zona fisiográfica (Serra dos Tapes) marcada, sobretudo pelos traços da colonização de imigrantes, desencadeada na segunda metade do século XIX.

Segundo Kolling (2000), o fluxo migratório tornou-se mais ativo para a região colonial de Pelotas a partir de 1858, através da Colônia de São Lourenço do Sul. Porém, há que se ressaltar que, em termos oficiais, a colônia de Morro Redondo tornou-se realidade a partir de 1885, sendo formalmente constituída pelo Dr. Vicente Cypriano de Maia, em 1900, possuindo seis lotes, com cinco famílias e com aproximadamente 30 pessoas (ULLRICH, 1980).

O município de Morro Redondo, antigo oitavo distrito de Pelotas, foi criado em 12 de maio de 1988, sob a lei nº 8.633, tendo a sua emancipação decretada em 1989, localizando-se na região Sul do Rio Grande do Sul, distante 285 km da capital do Estado e a 42 km do município pólo da região, que é Pelotas. A área total do município é de 244,6 km², apresentando os seguintes limites territoriais: ao norte, com o município de Pelotas; ao sul, com o município do Capão do Leão; a leste, com os municípios de Pelotas e Capão do Leão; e a oeste, com os municípios de Pedro Osório e Canguçu.

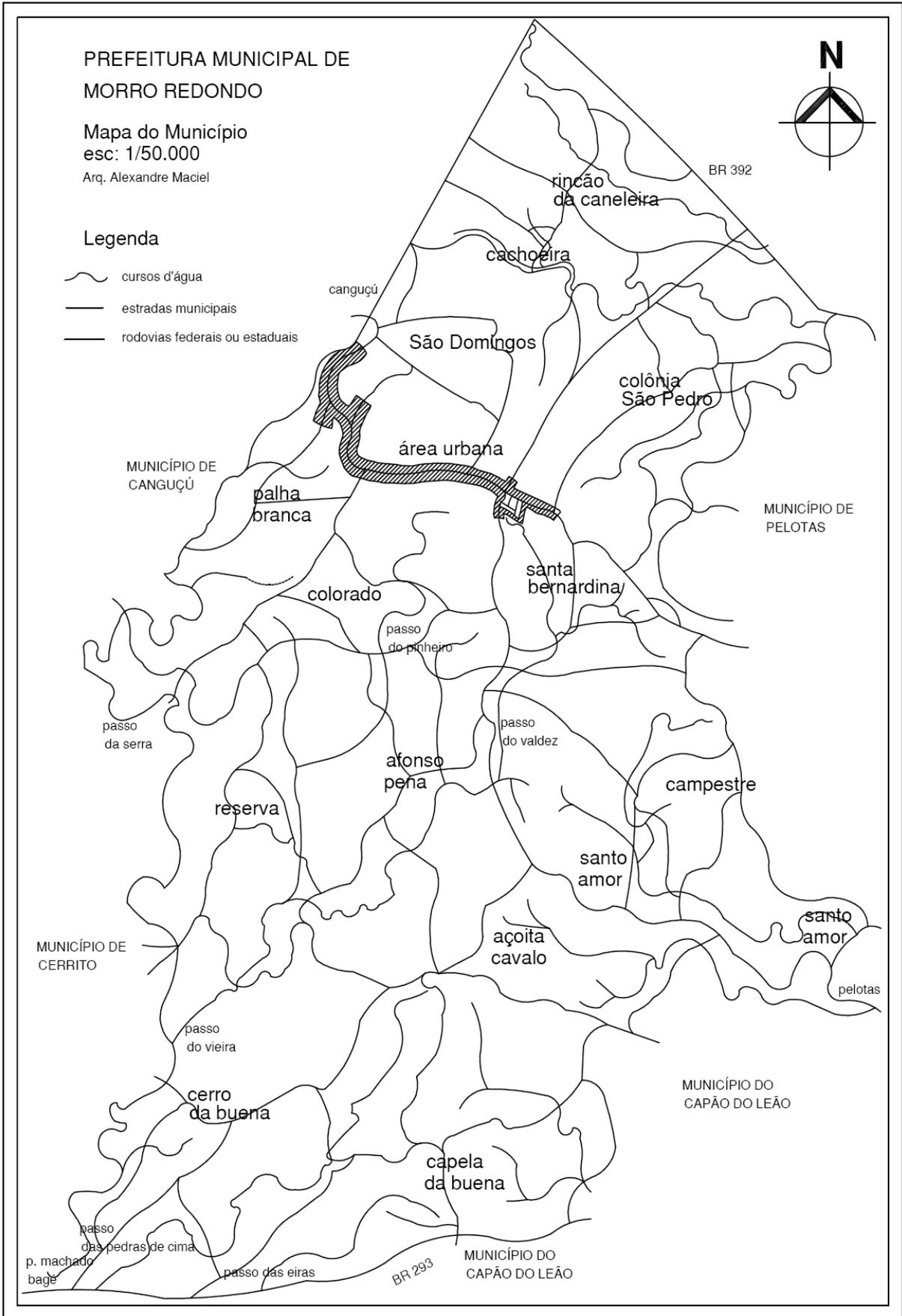


FIGURA 1 – Localização geográfica do município de Morro Redondo-RS.
Fonte: Prefeitura Municipal de Morro Redondo-RS

Morro Redondo se subdivide em várias comunidades rurais, sendo elas: Afonso Pena, Capela da Buena, Cerro da Buena, Colônia Açoita-Cavalo, Colônia Cachoeira, Colônia Campestre, Colônia Catita, Colônia Colorado, Colônia Santa Bernardina, Colônia Santo Amor, Colônia São Domingos, Colônia São Pedro, Passo da Estiva, Passo da Reserva, Passo do Valdez e Passo do Vieira. Este município tem como característica relevante a presença histórica e totalmente hegemônica da agricultura familiar.

A composição étnica de Morro Redondo ainda guarda correspondência com o período de sua colonização, iniciada por volta de 1865, através do assentamento de imigrantes europeus.

O desenvolvimento do sistema econômico desse município teve início com a produção agropecuária e sua transformação (vitivinicultura e fabricação de doces e conservas de pêssegos e aspargos).

Após um período de franca expansão, que se estendeu aproximadamente até a década de 1940, este modelo entra em crise. Isso se deve, em parte, pelo favorecimento político e econômico do Estado desenvolvimentista de Vargas que contemplou apenas as grandes indústrias, sob a égide de incentivos fiscais e creditícios, cujos reflexos se estendem até os dias atuais.

Segundo o Censo de 2010, o município possui 6.231 habitantes. Deste contingente, 58% compõem a população rural e 42% a população urbana. Desta população, 3.137 são homens e 3.094 são mulheres.

O município conta com uma área total de 16.979 hectares, a densidade demográfica do município, no ano de 2000, era de 24,3hab/km². A evolução da população rural apresentou, entre as décadas de 1990 e 2000, uma queda de 4%. Nesse mesmo período, a população urbana registrou um aumento de 5% (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/IBGE/FJP, 2004). Segundo os dados apresentados pela Prefeitura Municipal de Morro Redondo, existem 140 empresas nos setores industrial, comercial e de serviços. Segundo a FEE³⁷ (2006), estas empresas ocupam 1.298 pessoas.

A importância relativa de cada uma dessas atividades econômicas é registrada pelo Valor Adicionado Bruto a preços básicos levantado pela FEE para os anos de 2006, 2007 e 2008. Assim, verifica-se que a Agropecuária vem aumentando a sua participação de R\$ 8.625.000,00 (oito milhões seiscentos e vinte e cinco mil

³⁷ <http://www.fee.tche.br/>

reais) para R\$ 11.897.000,00 (onze milhões oitocentos e noventa e sete mil reais), e em 2008, para R\$ 15.356.000,00 (quinze milhões trezentos e cinquenta e seis mil reais).

Nesta localidade a área agrícola soma uma área total de 16.979 hectares, existindo 745 estabelecimentos agrícolas, com área média de 22,79 hectares (Tab.1). Deste universo, 713 são considerados como familiares, respondendo por 79,2% do Valor Bruto da Produção do município – estimado em R\$ 5.952.000,00 (MDA). O Valor Bruto da Produção por estabelecimento agrícola (IBGE, 2000) registra uma média de R\$ 7.990,00, sendo que deste valor, 63,6% é atribuído à produção animal (avicultura, suinocultura e ovinocultura) e 36,4% à produção vegetal (batata inglesa, milho, laranja e feijão).

O clima temperado favorece a cultura de pêsego, tradicional na região. O mercado da cultura vem atravessando oscilações, com queda nos preços pagos pelas indústrias de conservas, situação esta que agrava-se devido à contínua elevação nos custos de produção dos pomares.

A característica de sazonalidade da agricultura trás como consequência a episódica redução do fluxo de trabalho, obrigando os agricultores a procurar a diversificação de suas atividades. A cultura de fumo tem ampliado o número de produtores integrados em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais. Sobre o atual cenário, Cortez, et al revelam,

[...] é bastante preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida e que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se, portanto, de uma agricultura familiar que, no contexto mais amplo, enfrenta-se a um cenário de crise de expectativas e estagnação (CORTEZ, 2005, p.9).

Devido à sua recente emancipação, o Índice de Desenvolvimento Humano do município pode ser avaliado apenas na década de 1990, na qual o nível de 0,639 registrado no ano de 1991 apresenta um acréscimo para 0,77 no ano de 2000. Quanto à expectativa de vida ao nascer, segundo a FEE (2000), apresentava-se em 71,60 anos.

Em Morro Redondo, dos 745 estabelecimentos rurais, 667 (89,5%) têm menos de 50 hectares, sendo que 713 são considerados familiares, segundo o INCRA/SADE (2004). Além disso, como informa a mesma fonte, o valor bruto total da produção é de R\$ 5.952.000,00, sendo que 79,2% provêm da produção familiar.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto, PIB per capita, IDH e outros indicadores referentes ao município de Morro Redondo.

TIPO DE INDICADOR	VALOR CORRESPONDENTE
PIB Municipal (2008) em mil R\$	66,631
PIB per capita (2008) em R\$	10,351
IDH Municipal (2000)	0,770
Valor bruto agropec. em mil R\$	5.952,4
População total (2010)	6.231
População urbana (2010)	2.648
População rural (2010)	3.583
Nº total de estabelecimentos	745
Área média estabelecimentos	22,79
Nº de explorações familiares*	713

(*) Segundo critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004).

Fonte: Censo Agropecuário – 2006 – FEE (RS).

A Tab. 2 mostra, entre outras coisas, que o montante dos recursos Previdenciários representa 4,5% do PIB municipal. Quase 54% desse total corresponde ao pagamento de 7.844 benefícios rurais.

A mesma fonte indica que foram pagos, em média, 10,59 benefícios em 2001, a cada um dos estabelecimentos rurais existentes em Morro Redondo, ou que, do mesmo modo, cada um deles contou com quase um benefício (0,88) por mês, nesse mesmo período. O total de aposentadorias, pensões e amparos, ou seja, os chamados "benefícios de duração continuada" totalizam 7.832 benefícios. Nada menos que R\$ 164,38 ingressaram mês a mês, em média, em cada um dos estabelecimentos rurais de Morro Redondo. Com base nesses dados fica claramente evidenciada a dimensão que a previdência social rural adquire no contexto da agricultura familiar.

3.2.1 Perfil socioeconômico das Unidades de Produção Familiares em Morro Redondo

Este item apresenta a caracterização das Unidades de Produção Familiar de Morro Redondo. É possível afirmar que a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, fazendo uso da diversificação através da combinação de várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo interno da família como para abastecer o mercado. Para que a família atenda as suas necessidades e abasteça o mercado, será necessária a organização de seus membros, para a reprodução da família e também do próprio estabelecimento familiar.

As Unidades de Produção investigadas em Morro Redondo são quase que exclusivamente familiares, sendo que a maioria delas produzem alimentos para o consumo familiar. As atividades produtivas mais desenvolvidas pelos agricultores são: a persicultura, a avicultura de corte, a horticultura, a fumicultura, o leite, a produção de grãos, a pecuária de corte e a carvoaria.

Os dados da Tab. 3 revelam que há uma elevada concentração das explorações até a faixa de 30 hectares, totalizando 71% distribuídos da seguinte forma: de 0 a 10ha, representam 9,7% dos casos; de 10 a 20ha, representam 37,1% dos casos, e de 20 a 30, representam 24,2% dos casos. Quanto às unidades com mais de 50ha, correspondem a 12,9% dos casos.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos estabelecimentos familiares segundo a área total do município de Morro Redondo-RS.

ESTRATOS DE ÁREA (HA)	Nº CASOS	%
0 a 10	06	09,7
Mais de 10 a 20	23	37,1
Mais de 20 a 30	15	24,2
Mais de 30 a 40	08	12,9
Mais de 40 a 50	02	03,2
Mais de 50	08	12,9
Total:	62	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

As famílias dos entrevistados demonstram a atual realidade sobre a queda da taxa de natalidade, não encontrou-se famílias com mais de 3 filhos, a média de filhos das famílias dos entrevistados está em 2,0 por família.

A herança ainda permanece como forma de obtenção das unidades. A superfície agrícola útil corresponde à área efetivamente utilizada pelas explorações familiares. Observa-se na Tab.4 que 72,5% das unidades estão concentradas com faixa até 30ha.

Tabela 04 – Distribuição percentual dos estabelecimentos familiares segundo a superfície agrícola útil explorada.

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	Nº CASOS	%
0 a 10	02	18,1
Mais de 10 a 20	04	36,3
Mais de 20 a 30	02	18,1
Mais de 30 a 40	00	00
Mais de 40 a 50	01	09,0
Mais de 50 a 60	02	18,1
Total:	13	100

Fonte: Pesquisa de Campo – PPGSPAF/DCSA-UFPel, 2005/2010.

Nessas unidades, a idade predominante dos pais dos entrevistados varia entre 40 e 66 anos, a maioria abriga sob os seus cuidados os avós paternos ou maternos, que estão na faixa-etária dos 80 a 90 anos. Estes não contribuem mais com o trabalho na unidade, estão aposentados, mas em alguns casos participam das entradas econômicas da mesma, pois embora a unidade esteja sendo administrada pela terceira geração, ainda não foi realizada a transferência legal, a família adotou a seguinte estratégia: “Era do meu bisavô, que passou para o meu avô, que agora é do meu pai. Lá em casa moram os meus pais, e os meus avós moram junto. Então, eles dividem a propriedade e os lucros entre os dois” (Jovem Colônia Colorado).

A Tab. 5 resume as principais atividades econômicas das Unidades Produtivas e suas respectivas Entradas Econômicas³⁸ relatadas pelos entrevistados.

Quando perguntou-se aos entrevistados sobre as entradas econômicas anuais ou mensais, a maioria demonstrou dificuldade em responder. Uma informante fez a seguinte ponderação: “Quando a gente vai a algum lugar e tem que informar a renda, a gente procura conversar com a pessoa e diz que não um uma renda fixa”. (Agricultora Colônia Colorado).

Apesar da dificuldade em definir as entradas econômicas anuais de cada unidade, os valores informados por 27,2% dos entrevistados foi através da comparação com o salário mínimo³⁹, totalizando uma renda anual de R\$ 5.580,00. Outros 27,2% acreditam que obtêm uma renda maior que 1 salário mínimo mensal, totalizando valores anuais entre R\$ 7.200,00 e R\$ 16.800,00; 36,3% dos entrevistados não souberam ou não quiseram oferecer esta informação. O maior valor apresentado foi de 09,0% das unidades que obtêm uma renda mensal maior de R\$ 5.000,00.

Tabela 5 – Entradas econômicas anuais das UPF

UPF	Principal Atividade Econômica	Entradas Econômicas em 2009 (R\$)
A	Pêssego	7.200,00
B	Pêssego	5.580,00
C	Hortigranjeiros	Não soube informar
D	Aves	5.580,00
E	Leite	Não soube informar
F	Carvão vegetal	Não informou
G	Fumo	5.580,00
H	Pêssego	70.000,00
I	Leite	16.800,00
J	Pêssego	Não soube informar
K	Pêssego	15.000,00

Fonte: Pesquisa de Campo – PPGSPAF/DCSA-UFPel, 2005/2010.

³⁸ Neste contexto definiu-se como Entradas Econômicas o somatório dos valores monetários resultantes de todos os produtos independentemente de sua destinação, se para venda ou autoconsumo, sem dedução de custos. Os valores existentes na Tabela 5, foram extraídos da pesquisa de campo através da seguinte pergunta: Qual é a renda bruta agrícola anual da propriedade?

³⁹ O salário mínimo utilizado como parâmetro dos entrevistados foi de R\$ 465,00 salário, vigente no ano de 2009.

Nestas famílias, pelo menos um membro abandonou o meio rural para trabalhar ou estudar. Encontrou-se dois casos de jovens que continuam residindo no núcleo familiar, uma moça que trabalha na cidade em Morro Redondo e um rapaz que estuda em Pelotas, ambos retornam todos os dias para a unidade familiar.

Dentre as profissões mais exercidas pelos demais membros da família estão as de: motorista, técnico de manutenção, farmacêutica e agrônoma.

Ocasionalmente encontraram-se unidades que tenham empregados, no caso da persicultura e da fomicultura, quando existe empregabilidade ela é esporádica, 1 ou 2 empregados, somente para a colheita. No caso específico da carvoaria o número de empregados é maior, seis empregados fixos.

4 AS POSSIBILIDADES E ESCOLHAS PROFISSIONAIS DA JUVENTUDE RURAL: UM OLHAR SOBRE O MUNICÍPIO DE MORRO REDONDO

O propósito deste título é retornar às questões do problema de pesquisa e aos objetivos propostos à luz das informações reunidas nessa investigação, através do uso de metodologia quantitativa e qualitativa. Destacando aspectos como: o modo de vida dos jovens, perspectivas de projetos profissionais, a decisão de trabalhar fora da unidade familiar, algumas estratégias de reprodução das famílias, que destino será dado à unidade de produção familiar, unidades com ou sem sucessores e com possibilidades de sucessão.

Nas entrevistas, quando os jovens falam do rural ou do urbano, enfocando os aspectos positivos e negativos de ambos os espaços, o fazem através das suas percepções, adquiridas por meio de suas vivências. Somente através da análise deste olhar se conseguiu estruturar este trabalho e realizar um diagnóstico sobre o futuro profissional da juventude rural oriunda de Morro Redondo-RS.

Em face das questões expostas no problema de pesquisa realizou-se a seguinte reflexão: em alguma fase da vida do jovem rural chega o momento em que este deverá decidir qual será a sua escolha profissional e se pretende fazer esta escolha no meio rural ou no meio urbano. A dualidade entre permanecer ou abandonar o rural poderá refletir em conflitos no cotidiano destes jovens.

A influência da família poderá contribuir de inúmeras formas nas escolhas nos projetos de vida destes jovens, dentre elas, na transmissão de valores e informações sobre as profissões e no caso específico da escolha da profissão de agricultor, os jovens desde cedo de alguma forma acompanham e são preparados gradativamente para o trabalho no campo. Outro aspecto a ser observado é que os jovens circulam em outros ambientes como a escola ou lugares de lazer; desta forma, interagem com outros indivíduos ligados ao rural e também ao urbano. Estes ambientes poderão também contribuir nas suas escolhas de vida.

Segundo relata-se neste estudo, na agricultura familiar, quando a escolha profissional da juventude rural paira em atividades desvinculadas da agricultura ou, mais especificamente, fora do meio rural, poderá emergir em problemas para quem permanece na atividade sem condições de continuar o trabalho que a unidade exige.

4.1 O Modo de vida dos jovens

O trabalho familiar entre os agricultores é marcado pela divisão de tarefas entre seus membros. Conforme relata o modelo tradicional: os filhos auxiliavam o pai em atividades agrícolas e o mesmo era quem detinha o controle das atividades, as filhas eram direcionadas à companhia da mãe na divisão de tarefas domésticas ou atividades consideradas mais leves, como exemplo: a colheita de pêssego e o auxílio à atividade leiteira. Na atual pesquisa existe um diferencial, segundo estes entrevistados, os mesmos sentem-se mais próximos da tomada de decisão juntamente com os pais, principalmente no caso dos rapazes.

Vejamos um exemplo que revela a discussão da família sobre a tomada de decisões: “geralmente um vai passando para outro e aí eu digo vamos fazer então aí o pai diz faz então [...] a idéia foi minha, eu disse vamos plantar fumo, os outros estavam plantando, meu pai ficou pensando aí disse podemos tentar”.

Embora os jovens, em sua maioria, percebessem a ocorrência de flexibilização na tomada de decisão nas famílias rurais e identificassem afeição com a unidade produtiva, haviam outros fatores que os impulsionavam a querer organizar as suas vidas buscando uma profissão direcionada para o meio urbano.

Outro aspecto importante a ser comentado é que, grande parte dos jovens não sentia-se motivado com o trabalho no campo e alguns traçavam um paralelo entre a sua motivação com a motivação de seus pais em relação ao trabalho no meio rural. Vejamos algumas declarações:

Tem certa desmotivação, porque a gente trabalha o dia todo, geralmente o ano todo, chega o final do ano a gente não tem aquela renda que esperava. A renda é muito pouca, a gente fica cansado, final de semana às vezes a gente tem o dia para sair, tem uma festa não pode. No nosso caso tem o pêssego, se está pronto aí tem que apanhar não pode deixar para amanhã, porque às vezes de um dia para o outro cai e estraga toda a plantação. Então é aquela coisa, no início é tudo muito fácil. Agora a gente vê que o pai a mãe já não tem mais aquela motivação, aquela vontade como eles tinham antes, então é muito difícil. (Jovem A)

Bem... assim é muito bom a gente viver no meio rural, ter os bichos que a gente gosta tudo mas... é um trabalho cansativo, porque, se a gente não trabalhar a gente também não ganha. No caso se a gente não cuidar da plantação de pêssegos, não podar, não capinar... não adubar... vai chegar numa determinada época, não vai ter colheita. Se torna desmotivado

também, porque o meu pai ele sempre conta quando ele se casou, ele tinha um arado e tinha uma junta de boi, aí ele casou e comprou 3ha de terra, comprou com o meu avô (o pai dele) então ele tinha muita motivação sempre teve, sempre gostou de trabalhar, porque foi desde pequeno, ele sempre trabalhou assim. Quando ele teve o que era dele, ele teve muita motivação, trabalhou bastante, mas chegou uma época que ele cansou. Há pouco tempo atrás ele quis sair do meio rural, quis vir morar aqui na cidade, mas aí para arrumar um emprego, ele já mais de 40 anos, então ia ficar difícil para ele arrumar um emprego. Se ele fosse conseguir um emprego ou era de servente de pedreiro, era coisa assim... serviço pesado também. Então se torna desmotivante por isso, então é um serviço pesado que se tu não trabalhar tu não come no caso né? Claro porque a gente tem a liberdade de plantar o que quer, a gente sabe o que a gente botou ali, e tudo, mas se torna desmotivante assim porque tu sabes se tu não levantar cedo de manhã e se tu não fores trabalhando até tarde, depois o outro dia tem mais serviço ainda para fazer tem outras coisas para fazer então se torna difícil por isso. (Jovem B)

Uma informante revela a falta de motivação das mulheres em relação ao trabalho na agricultura e a diferença das escolhas femininas em relação às masculinas:

Eu acho que o papel do homem, do filho na verdade eu acho que assim... ele acompanha mais o pai nos trabalhos que tem que fazer, na lavoura. A mulher não, a mulher é mais da mãe, tem outras expectativas, outros sonhos, eu imagino né. De não tá ali trabalhando, porque ela vê, a mãe, a avó... sempre a mulher que trabalha ali não se cuida tanto. Geralmente a moça, as mulheres sonham com outras coisas, veem as mulheres na televisão e querem ser igual, e não pretendem ficar. (Jovem H)

Atualmente isso ocorre de forma diferenciada de tempos passados, onde ficar na unidade produtiva para os filhos era um compromisso moral (MELLO, 2003). O Jovem A aponta a atual realidade e a opinião dos seus pais quanto ao desejo da sua permanência no meio rural, identificando algumas diferenças percebidas entre o rural e o urbano.

[...] eles são desmotivados com o serviço e para mim eles não querem que eu fique no meio rural. Eles querem que eu saia do meio rural, eles querem que eu estude bastante que eu saia vá arrumar um emprego em outro lugar. Tem aquela diferença da gente passar de manhã até de noite no sol quente no verão, da gente trabalhar dentro de um escritório, com teto em cima. A gente tem um horário, a gente cumpre aquele horário e deu. No final do mês a gente sabe que tem uma remuneração, ali na lavoura não. A gente tem que trabalhar meses e meses para remuneração vir daqui a outro mês. (Jovem A)

A desmotivação vivenciada pela juventude, resultando na sua saída do meio rural, também acirra a dificuldade em manter as redes sociais locais, e, sobretudo, a continuidade dos estabelecimentos familiares no futuro. Os próprios jovens que permanecem no rural concordam que as relações com outros jovens estão cada vez mais reduzidas.

O depoimento do casal da Colônia Colorado, quando perguntados sobre o que fazem aos finais de semana, revela: “Saímos para festas da igreja, a gente gosta muito de dançar, a gente tem um sítio do meu sogro e arrumamos lá, a gente também vai para lá. Eu resolvi arrumar, a gente mora na colônia e fizemos de lá um sítio”. E diante da pergunta se tem amizades com outros jovens pontuam: “Até tem... mas a gente tem uns amigos que a gente vai visitar e são todos mais velhos do que nós, da mesma idade não tem”.

Outro jovem da Colônia São Domingos reforça a idéia do abandono dos jovens do meio rural: “Na minha faixa de idade [21 anos] a maioria está tentando trabalho aqui em Pelotas, ou lá mesmo na cidade. Pessoal do campo que eu conheço, são poucos que ficaram no campo”.

Em vista do exposto, é possível compreender que os jovens que ficam no meio rural socializam-se com pessoas de outras faixas etárias devido à evasão juvenil. Um fator importante para entender esse abandono é a maior circulação nos espaços urbanos, a visível possibilidade de conhecer outra realidade, motivando as perspectivas de saída.

Dos jovens pesquisados, 45,4% encontram-se casados, conforme a literatura relata, o casamento apresenta-se, principalmente no caso das mulheres, como forma para abandonar a casa paterna. Nesta pesquisa não se constatou esse fator, embora a maioria destes jovens não permaneçam ligados às atividades rurais, atualmente estão inseridos no meio urbano por dois fatores: 45,5 % para trabalhar e 18,2 % para estudar.

É recorrente nas pesquisas sobre a juventude rural a busca da realização dos projetos profissionais, a partir do nível de escolaridade para a inserção em atividades desvinculadas da agricultura.

Na pesquisa de campo realizada em 2005, ficou evidente que praticamente todos os jovens tinham intenções em dar continuidade aos estudos como ascensão social e abandonar a atividade rural.

Vejamos alguns depoimentos sobre esta condição na opinião dos entrevistados:

Eu acho que ele (jovem) busca o que não tem em casa. Final de safra tu me ajuda e eu te dou uma moto, te dou um carro... mas eles não tem durante o mês certinho. Eu acho que o jovem tem o interesse de ter o seu dinheiro certinho, de poder comprar o que quiser. Não ficar dando satisfação assim... para os pais, não poder depender tanto deles. (Jovem H)

[...] trabalhando em um lugar fixo, tu tem um salário todo o mês tu pode te envolver numa prestação duma moto, de uma casa, de um carro, tu sabe que aquilo ali é garantido no final do mês. Na lavoura tu nunca sabes, vem um temporal, chuva de granizo aí, qualquer uma geada meia forte, pode acabar com a tua safra daquele ano. (Jovem G)

Alguns depoimentos revelam situações específicas que levaram à escolha da troca de atividade:

Eu sugeri para os meus pais o plantio fumo, até estava dando certo, mas eu não tive aquele lucro que eu esperava. Aí eu acabei saindo de casa, trabalhei 3 anos com eles no fumo. Não ganhei aquilo que eu achava que iria ganhar. Precisava de dinheiro para ir para um baile, uma festa, ficava chato pedir para eles, aí achei melhor procurar um serviço por conta. (Jovem G)

Mais por necessidade, porque o fumo começou a dar problema, começou a morrer tudo... se eu ficasse aqui eu não ia conseguir comprar as coisinhas que eu queria, daí eu fui para a fábrica. Na lavoura as coisas não valem nada... quem trabalha na lavoura, não consegue adquirir muita coisa, por isso eles acabam estudando para conseguir um emprego na cidade. (Jovem E)

Siqueira investigou as perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar nos municípios de Santo Cristo e Candelária, no Rio Grande do Sul, onde também observou a necessidade dos jovens em obter ganhos financeiros:

Um aspecto relevante para a saída dos jovens em direção à cidade é a pretensão dos jovens de ter certa independência financeira, para poder comprar roupa ou ir a festas, sem ter que pedir aos pais. Para a saída dos jovens, além desse fato, também influencia a maneira como suas mães vivem, pois elas querem para si algo diferente (SIQUEIRA, 2004, p.112).

Em entrevista com o Gerente de Recursos Humanos do frigorífico de aves da região, sobre os motivos que levam os jovens a terem expectativas em relação à vida na cidade, o mesmo opinou:

Eu acho assim... a pessoa que vem para estudar acaba conhecendo o conforto da cidade... as oportunidades, opções de lazer, diversões... então cria uma expectativa e fica comparando com a situação de estar lá fora, estar distante. Então eu imagino que isso aí que leva o jovem a não querer voltar para a propriedade, depois de sentir o gosto da cidade. (Gerente RH empresa local)

Observa-se que, a decisão em abandonar a atividade agrícola, para os jovens, de acordo com os relatos, é uma construção que não ocorre de uma hora para outra. Estes jovens relacionam-se com as suas famílias, observam a vida dos seus pais, adquirem habilidades, avaliam o que a região pode oferecer-lhes em termos de crescimento profissional, tem acesso ao meio urbano, e diante disto, fazem suas escolhas e definem as suas estratégias de vida. Carneiro investigando o ideal de ser jovem, revela que os jovens desejam o melhor dos dois mundos (rural e urbano) “uma síntese muito difícil de conseguir, mas que surge como desejo e como demanda” (CARNEIRO, 2007, p.70).

Observemos alguns depoimentos relatando como os jovens investigados tomaram a decisão sobre os seus projetos profissionais.

A Jovem B pertencia, em 2005, à Colônia São Domingos, tinha 2 irmãos, a família era produtora de pêssegos e eram proprietários de 11ha. Em relação ao seu futuro idealizava:

Eu agora como estou saindo do 3º ano, eu quero prestar a prova do Cefet⁴⁰. Quero fazer design de móveis, que é uma coisa que eu acho que vou gostar muito. Gostaria de fazer uma faculdade, mas eu acho que eu não tenho por enquanto... não tenho competência para isso. Quero estudar, trabalhar e depois mais tarde fazer uma faculdade, ter mais competência para o mercado de trabalho, para poder competir mais. No momento, por enquanto eu sei dos meus limites eu sei que tenho que ficar por aí... (Jovem B)

⁴⁰ Cefet – Atual IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Na fase atual, a Jovem B já estava colocada no mercado de trabalho e havia transformado o seu sonho em realidade.

Eu já estava morando fazia 3 meses aqui em Pelotas, com proposta de trabalhar, em uma padaria lá no Lindóia... para estudar né [...] ai quando eu achei design de móveis eu mal sabia o que queria dizer design... acho que é alguma coisa com decoração assim... e eu sempre gostei muito, acho legal, gosto de coisas alternativas... Vamos dar uma criada? Então foi ai que eu vi um pouco sobre o curso e decidi tentar né? (Jovem B)

Há também casos de jovens que tinham intenção de abandonar a atividade na agricultura e encontravam no meio urbano a saída para solução do problema. Vejamos este depoimento: “Eu vou fazer um curso técnico, de mecânica de moto, para ver se eu paro de trabalhar na lavoura. Não é que eu não goste da lavoura, mas do jeito que está não tem como a gente se manter só da lavoura, não dá”. (Jovem J)

O Jovem J, em 2005, pertencia a Colônia Santa Bernardina, residia juntamente com a família, tinha um irmão, produziam pêssegos e fumo, em uma área de 12ha. O relato acima expunha o seu desejo, mas sua vida foi um pouco diferente do que havia projetado. Na pesquisa de 2010, o jovem realmente abandonou a unidade da família, fez um curso de mecânica, mas mantém seu vínculo profissional com o meio rural. Ele foi localizado em uma Fazenda próxima à cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e diante da pergunta qual é a profissão que exercia, respondeu: “Serviços gerais, tanto no trator como cavando na lavoura”. Outra questão instigante é que este jovem trocou uma atividade no rural por outra no mesmo meio, mudou a localidade e a categoria de familiar para patronal. Na opinião dele, pela seguinte razão:

Primeiro lugar a oportunidade de dinheiro, principalmente dinheiro. Por causa de que na colônia lá é muito difícil. Não tem oportunidade de emprego nem nada... No caso aqui foi por intermédio da família. O meu irmão acabou casando com a filha de um dos patrões e me trouxe para cá para trabalhar.

Há também aqueles que são direcionados para a cidade com o propósito de apenas estudar, o que foi o caso de 27,2% dos entrevistados, que deslocaram-se para a cidade com o foco de dar continuidade aos estudos. O Jovem C é de origem da Colônia Rincão da Caneleira, tem uma irmã que está casada e reside em outra unidade. Sua família possui 11ha, trabalha com a comercialização de hortigranjeiros e vende a produção de agricultores da região. Segundo o informante, foi uma forma que a família encontrou para melhorar a renda da unidade.

Em 2005, o informante fez o seguinte relato sobre a sua opção profissional: “Eu vou fazer Cefet em eletrônica porque eu acho que terei mais chance do que na agricultura”. Em 2010, em um segundo encontro o jovem relatou um dos motivos que o levou a esta escolha “[...], aí como eu gostava de desmontar as coisas, eu fiz eletrônica e acabei passando e continuei estudando, né?” (Jovem C)

O jovem argumenta que fez o curso que desejava e atualmente trabalha em Curitiba-PR, é técnico em automação bancária. Revela que está muito feliz com as suas escolhas e pretende continuar os seus estudos, cursando uma faculdade, percebe que no meio urbano, o mercado de trabalho é competitivo e especializando-se poderá melhorar financeiramente.

Outro caso de jovem que optou por estudar é a Jovem H, que pertence à Colônia São Domingos, a família possui 62ha, são produtores de pêssegos. A jovem é filha única. Seu depoimento revela a realização do seu projeto em fazer faculdade de agronomia:

Eu sempre gostei, eu sou do interior e tal, eu não fiz agronomia porque eles quisessem [os pais], eu sempre gostei, eles plantavam pêssego e eu gostava aí eu resolvi tentar, não fiz cursinho. Se eu passar eu vou fazer. Não fui assim... ah... eu tenho que passar... tenho que passar... No fim eu fiz e passei. (Jovem H)

No caso acima, a jovem tinha um propósito e foi alcançado. Na segunda etapa da pesquisa, a jovem já estava realizando o estágio para concluir a faculdade de agronomia. Além disso, relatava que tinha outro sonho: “O que eu queria mesmo era fazer mestrado agora e depois doutorado. Mestrado eu até queria fazer aqui, mas doutorado eu não queria fazer aqui em Pelotas. Aí eu não sei ainda”.

A última informação obtida sobre a informante é que, após concluir o estágio, havia sido aprovada para o mestrado em Agronomia, na UFPel.

Outra situação investigada é de um jovem da Colônia São Domingos. A família possui 25ha, são produtores de leite e pêssegos. O jovem tem dois irmãos, uma moça e um rapaz. Na pesquisa de 2005, este jovem demonstrava afinidade com o trabalho na unidade produtiva, revelando o seu interesse por cursos de Agronomia ou Veterinária. Atualmente, ele reside no meio rural e estuda em Pelotas, cursa Arquitetura e explicou qual a razão de mudar sua opção por um curso voltado para a área exata:

- Na época que eu cogitei fazer agronomia ou veterinária [referindo-se a primeira pesquisa] era pensando em ajudar na propriedade. Eu queria continuar com os meus pais, depois o tempo vai passando... A área que a gente tinha já era pequena e para a gente continuar em casa, não teria muito futuro ali. Talvez se a gente comprasse mais terra ou alguma coisa assim... Eu acho que não era a idéia na época. Eu desde pequeno gostava de desenhar... e sempre prestei vestibular para arquitetura. Eu decidi no último ano do colégio. Eu estava entre engenharia civil e arquitetura.

Embora a literatura revele que há certo tensionamento entre os jovens, na decisão de ficar ou sair do meio rural, percebeu-se na fala destes jovens que, compreendiam o urbano como uma alternativa para mudarem as suas vidas. Em que pese os relatos de dificuldades em viver fora de casa, devido à supressão do convívio familiar, os jovens entrevistados no presente trabalho não demonstraram conflitos diante das escolhas.

A Tab. 6 esboça de forma resumida, o que havia sido projetado pelos jovens entrevistados para os seus futuros, na primeira fase da pesquisa, e quais foram as oportunidades e suas escolhas profissionais, tanto para os que fizeram as suas escolhas no meio rural ou urbano. De acordo com os dados colhidos, 64% dos jovens desenvolvem as suas atividades no meio urbano, enquanto 36% desenvolvem as suas atividades no meio rural.

Quanto à opção profissional, a Tab. 6 revela que os jovens A, B e C optaram por cursos técnicos, sendo que os jovens B e C já haviam definido no ensino médio esta opção. Quanto ao jovem A, tinha a intenção de fazer faculdade de Agronomia, mas direcionou-se também para um curso técnico.

Os jovens F, H e I, fizeram a opção em cursar faculdade, no caso do jovem F, não tinha claro o que pretendia fazer, mas o desejo do seu pai era para que cursasse Administração ou Agronomia, acabou fazendo a opção por Administração e atualmente considera-se um Administrador Rural. A jovem H, no ensino médio já havia feito a sua escolha pela faculdade de Agronomia, o jovem I revelava a sua afinidade por cursos de Agronomia ou Veterinária, porém fez a opção pela faculdade de Arquitetura.

A Jovem E não sabia o que faria após o término do ensino médio, ao concluí-lo foi para o mercado de trabalho.

Os jovens G e J tinham interesse por cursos técnicos, mas após tentativas de ingresso sem sucesso, permaneceram apenas com o ensino médio e optaram pelo trabalho em atividades de Produção e Serviços Gerais.

O jovem K revelou que não tinha intenção em dar continuidade aos estudos, embora o desejo do seu pai fosse que cursasse agronomia, o mesmo começou um curso de Administração, mas o abandonou e desempenha a profissão de Agricultor.

O jovem D foi o único dos entrevistados que optou em abandonar o ensino médio no primeiro ano e desempenha a profissão de agricultor.

Tabela 6 – Expectativas e Realizações Profissionais da Juventude.

Estudantes Ensino Médio em 2005	Projetos de Escolarização após concluírem o ensino médio:	Profissão que exercem em 2010	Rural	Urbano
Jovem A	Agronomia ou Biologia	Técnico Mecânico		X
Jovem B	Design Móveis	Desenvolvedor de Sistemas		X
Jovem C	Eletrônica	Téc. Automação Bancária		X
Jovem D	Agronomia	Agricultor	X	
Jovem E	Não havia definido	Agente de Saúde		X
Jovem F	Agronomia ou Administração*	Administração-Empresário	X	
Jovem G	Eletrônica	Auxiliar Produção		X
Jovem H	Agronomia	Estudante Mestrado		X
Jovem I	Agronomia ou Veterinária	Estudante Arquitetura		X
Jovem J	Técnico Mecânico	Serviços Gerais (Fazenda)	X	
Jovem K	Não pretendia dar continuidade aos estudos **	Agricultor	X	

Fonte: Pesquisa de Campo – PPGSPAF/DCSA-UFPEL, 2005/2010.

* O pai desejava que fizesse agronomia, mas o jovem interrompeu o ensino médio.

** O pai gostaria que fizesse agronomia.

Percebe-se através dos depoimentos colhidos, que a educação formal foi um fator que impulsionou os jovens a abandonar a atividade rural, principalmente por tratar-se de cursos desvinculados da agricultura, visto que, a escola, por sua vez, contribui na mudança de perspectivas quanto à forma de permanecer no campo.

Pereira (2004), discorrendo sobre a juventude rural para além das fronteiras entre o campo e a cidade, revela através de uma vasta revisão de literatura que, o papel da escola na formação dos agricultores, requer currículos escolares que adotem temáticas abordando administração rural e liderança, e complementa:

É o olhar da cidade que procura definir os caminhos que devem seguir o rural, como se os modos de produção e reprodução no campo baseados na agricultura familiar, na verdade, representassem um empecilho para o desenvolvimento da economia nacional (PEREIRA, 2004, p.151).

Outro fator que precisa ser registrado é a possibilidade de se observar, através dos depoimentos, que poucos jovens se preocupam em contabilizar custos

que deverão ser assumidos na sua transferência para o meio urbano. Custos estes que poderiam ser considerados como ganhos invisíveis inerentes à vida rural em família. O aluguel de imóveis, despesas com deslocamentos, compra de alimentos são exemplos de itens que pesarão no orçamento mensal e que são, frequentemente, desconsiderados pelos jovens no momento de tomada de decisão.

4.3 Estratégias de reprodução das famílias dos entrevistados

Uma das principais características que diferencia a agricultura das demais atividades econômicas é a sua imprevisibilidade ou a sua peculiaridade de estar submetida a um ambiente de grande instabilidade, seja ela climática ou mesmo das condições dos mercados. Os agricultores envolvidos nestas atividades desenvolvem, ao longo do tempo, mecanismos de proteção para garantir os níveis de ingressos econômicos da unidade de produção, compatíveis com as necessidades das suas famílias. A pluriatividade é uma das alternativas encontradas na busca de garantia de um fluxo de entradas econômicas capazes de fazer frente às demandas ao longo dos meses do ano.

Na atual pesquisa buscou-se verificar a ocorrência de pluriatividade como estratégia utilizada pelas famílias dos entrevistados, objetivando complementação dos rendimentos. Esta seria uma observação natural, tratando-se de famílias de agricultores, que desenvolvem historicamente atividades diversificadas, com baixo nível de incorporação das “modernas tecnologias” e que habitam as proximidades do ambiente urbano, mesmo se tratando de um município recentemente emancipado.

Schneider, investigando a pluriatividade no meio rural brasileiro argumenta:

Para além de ser uma estratégia familiar e individual de reprodução social, a pluriatividade poderá contribuir de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, o acesso à renda e sua estabilização, a oferta de oportunidades para jovens, entre outros (SCHNEIDER, 2007 p.07).

Observou-se, nestes casos, que os jovens, em sua maioria, já desempenham uma atividade não agrícola e estão totalmente voltados para o meio

urbano, desconsiderando assim a combinação da atividade agrícola e não agrícola na unidade.

Podemos exemplificar esta situação com o caso de famílias que pretendem trabalhar na agricultura e buscar complementação de renda recorrendo ao abatedouro de aves, situado no município de Morro Redondo. Assim nos revela o Gerente de Recursos Humanos da empresa:

Eu acho que é meio puxado... o horário do frigorífico mesmo, o pessoal faz muita hora extra. Eles até podem ter uma pequena propriedade lá, mas eu não acredito que dê para conciliar a ponto de produzir. Pode plantar para o consumo, cuidar uma horta... Porque a jornada é puxada, o pessoal pega cedo faz hora extra.

Um dos entrevistados, que trabalha na manutenção do abatedouro, também revela o seu pensamento, quando perguntado se conhece casos de agricultores que conciliam o trabalho na unidade com o trabalho na empresa:

Que eu saiba não tem ninguém que se divida entre a propriedade e o trabalho na empresa. Geralmente o pessoal que trabalha na empresa, ou eles moram para fora somente porque tem que morar, porque é perto da empresa, ou então, eles se afastam da propriedade e alugam uma casa, um quarto aqui e vem morar aqui. (Jovem A)

Observa-se, nesta situação exemplificada, que a dupla jornada desenvolvida em práticas agrícolas e não agrícolas, não se torna possível. A penosidade da atividade, a excessiva exigência de esforço físico e a carga de trabalho acabam inviabilizando a combinação das atividades.

Encontrou-se um único caso de família pluriativa no universo pesquisado. O informante, quando faz a descrição das atividades da unidade da sua família, revela:

Eles [os pais] trabalham com frutas... aí ele vende o produto da redondeza, ele vê o que vai precisar e encomenda. Ele comercializa os produtos dos vizinhos, agora ele não está produzindo quase nada. Produz abóbora, batata doce... o resto ele pega de fora. Ele também pega alguns produtos que entregam ali na faixa: doce, pães, queijo tem quem vai entregar, banana tem um bananeiro que passa ali. Tem um senhor que vem de São Lourenço que entrega batata. (Jovem C)

Outro aspecto identificado na pesquisa com os entrevistados é que em Morro Redondo, o urbano e o rural estão intimamente ligados. Tratando-se de um município que abriga indústrias que se concentram no perímetro urbano, a população do meio rural acaba deslocando-se de ônibus, motos ou outros meios para trabalhar na cidade. Em alguns depoimentos ficou evidente que o meio rural de Morro Redondo tem-se configurado como uma alternativa de moradia para alguns membros da família. Esta foi a opinião de 36,3% dos entrevistados.

Vejamos o depoimento de uma Jovem que mora na Colônia Colorado e trabalha na cidade: “As minhas vizinhas aqui em cima, eles [a família] moram aqui e os maridos trabalham na cidade, mas elas não plantam nada, só assim por morar e assim é de um lugar para outro. Se tem um novo [jovem] dificilmente tá em casa”. (Jovem E)

Um jovem oriundo da Colônia Sanga Funda faz a seguinte leitura sobre a origem dos seus colegas de trabalho: “[...] a maior parte dos nossos colegas é tudo da zona rural. Muitos moram na zona rural e trabalham na Cosulati. Final de semana tem um futebolzinho, um descanso [no meio rural]”. (Jovem G)

Dentro desta mesma lógica, outro jovem vindo da Colônia Colorado e que também trabalha na cidade, relata:

Todo mundo do interior... não sei por que, mas tu olha o pessoal que trabalha de empregado e a família é mais retirada lá pro lado da zona rural, não é tão aqui no centro, eu não sei por que. Uma época quando tu te formava no ensino médio o pessoal já pegava o filho e levava para Pelotas, o instalava lá e pagava faculdade. Então tu vê o pessoal que trabalha aqui, já vem mais da zona rural, vem de manhã trabalha o dia inteiro e daqui já vai para o colégio. (Jovem A)

Este mesmo jovem cita também casos em que o trabalho na cidade se torna de difícil acesso para alguns, em função da distância entre o rural e o urbano e, neste sentido, precisam abandonar a unidade familiar.

No meu caso, antes de me casar eu morava junto com o pai e a mãe e trabalhava aqui, vinha todos os dias. Daí o pessoal que mora mais longe, mais afastado um pouco, prefere vir, pagar um aluguel e ficar aqui só trabalhando, do que ir e voltar, fazer o percurso todos os dias. Até porque a empresa não dá ajuda de custo, transporte.

Outra situação encontrada, no estudo efetuado, pode ser representada por aqueles membros da família que, apesar de terem assumido outras profissões no meio urbano, não abandonaram por completo o convívio com os parentes que permaneceram no meio rural.

Mesmo que a grande exigência de carga horária, a penosidade do trabalho ou outros motivos não permitam que os indivíduos desenvolvam atividades agrícolas combinadas com outras atividades no meio urbano, pode-se identificar vínculos, ou algum grau de interação produtiva, entre aqueles membros da família que partem para a busca de alternativas de trabalho no meio urbano e os que permanecem na agricultura. Esses deverão experimentar um processo de redefinição dos seus papéis na unidade de produção.

5. QUAL O DESTINO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR?

No município de Morro Redondo, mais especificamente na sua zona rural, podemos encontrar famílias de agricultores que convivem, nos dias atuais, com uma problemática complexa em relação ao horizonte futuro de seus empreendimentos. É conhecida a realidade das suas carências no atendimento das necessidades básicas de sobrevivência. É notória a insatisfação dos habitantes com a atuação do Estado no sentido da cobertura de suas políticas públicas. No que diz respeito à inserção nos mercados, estas famílias se sentem em desvantagem por viverem em áreas nem sempre próximas aos consumidores finais de seus produtos. Muitas são as dificuldades encontradas pelas famílias na busca de condições favoráveis à sua reprodução. Mesmo sem perceber, estas famílias necessitam tomar decisões para equacionar os problemas enfrentados na complexa questão do destino da sua unidade de produção.

5.1 Unidades Familiares com Sucessores

Este tópico apresenta a análise das unidades que já possuem um sucessor definido, embora as propriedades não tenham sido transferidas legalmente aos entrevistados e seus pais ainda permaneçam vivos e residindo com o sucessor ou próximo a ele.

Ainda que a maioria dos jovens investigados tenha visualizado as suas perspectivas voltadas para o urbano, 27,2% dos entrevistados identificaram no rural a sua atividade profissional e a realização de seus projetos de vida.

Com relação à forma que a família obteve a unidade produtiva, a maioria foi através de herança.

Para a definição final da condição de existência ou não de sucessores nas unidades de produção, devemos considerar pelo menos três elementos básicos: a transferência patrimonial; a continuidade da atividade profissional e a substituição das gerações mais velhas na gestão dos negócios da família.

Partiu-se do pressuposto de que a transferência patrimonial poderia ser um dos elementos balizadores da decisão dos jovens em assumir o comando das unidades de produção, no entanto, o estudo realizado no Município de Morro Redondo mostrou, com relativa frequência, a ausência de transferência legal das unidades. Houve casos em que até mesmo os pais dos entrevistados ainda não possuíam em seu nome a propriedade herdada de suas famílias.

Quanto à continuidade da atividade profissional, para aqueles que desejam assumir a gestão do estabelecimento, observou-se que os mesmos somam ao aprendizado herdado da experiência em família, um maior nível de escolaridade e, por consequência, novas práticas de trabalho.

Em relação à substituição de geração, nos casos estudados, ainda há um acompanhamento dos pais, seja no sentido de ainda trabalhar em conjunto ou em permanecer morando com o herdeiro ou próximo a ele.

A pesquisa de campo revelou que os jovens que permanecem no meio rural, são aqueles que, de alguma maneira, darão continuidade ao negócio familiar.

Em se tratando da atividade ocupacional, os entrevistados revelam que “herdaram” a atividade dos seus pais, um aprendizado que vem sendo transferido entre as gerações. Esta transmissão de saberes confirma o que a literatura vem denominando de “hereditariedade profissional”.

As atividades desempenhadas pela maioria destes jovens estão intimamente ligadas às atividades agrícolas, com exceção de um único caso em que a família é produtora de carvão vegetal.

Vejamos mais detalhadamente a história de vida destes jovens que descobriram na unidade de produção familiar um modo de vida:

Encontrou-se o caso de um sucessor por opção, na Colônia São Domingos, é solteiro, tem o ensino médio incompleto, reside com os pais e um irmão de 15 anos. Administra juntamente com os pais 56ha da família e 17ha arrendados. Conferiu-se a categoria de sucessor para o entrevistado porque, apesar dos pais continuarem trabalhando na unidade, o entrevistado tem total controle das atividades da unidade e relatou que a família já lhe transferiu 28ha dos 56ha familiar. Relata que teria vontade em dar continuidade aos estudos, mas fica difícil conciliar com o trabalho na unidade. Diante da pergunta se pretende continuar no meio rural, responde:

Sim ficar aqui... a gente trabalha, não tem domingo, não tem final de semana... a gente queria comprar mais terra, mas o dinheiro é curto. Eu me sinto bem aqui. Eu penso que cada um tem um modo diferente de pensar, quem já não é muito da lavoura, já procuram mais estudar para ter um jeito melhor de trabalhar. Eu peguei desde cedo a ajudar o pai. (Jovem D)

Outro caso de sucessor por opção, encontrou-se na Colônia Colorado, uma unidade de 50ha que destina-se basicamente à produção de carvão vegetal⁴¹. A família é composta do casal e 3 filhos (dois rapazes e uma moça). Nesta unidade, o filho do meio (26 anos) continua residindo junto com os pais e já está à frente dos negócios da família, possui curso superior de Administração, e em sua opinião: “o futuro da empresa ficará em minhas mãos, talvez o ano que vem ela será minha. O meu pai ainda não definiu se irá parar (de trabalhar na atividade) no ano que vem ou no próximo”. (Jovem F)

Segundo o entrevistado, atualmente a carvoaria é a atividade principal da unidade. Quanto à sua trajetória de vida e planos para o futuro, comenta:

Adquiri muita experiência trabalhando com meu pai e sei que posso fazer ainda mais quando tiver o meu próprio negócio. Quero continuar na mesma atividade e tenta aumentar o negócio. A propriedade será sempre preservada por mim, meus irmãos e meus pais que vão morar nela sempre.

Este jovem trata a unidade como uma alternativa de negócio, e devido à configuração atual da unidade a família optou pela atividade industrial, desvinculada da agricultura.

Quanto ao processo sucessório, embora diga que foi determinado entre a família que ele será o sucessor do empreendimento familiar, percebe-se nas palavras: “posso fazer ainda mais”, “quando tiver o meu próprio negócio”, que ainda aguarda o momento real da transferência para que possa sentir-se realmente no comando do empreendimento.

⁴¹ Em 2005, esta família tinha como atividade a produção de pêssegos e fumo e não foi mencionada na entrevista a produção de carvão, em outra ocasião o informante relatou que a atividade tem mais de 10 anos, foi transmitida pelo avô paterno e tem perspectiva de ser ampliado o empreendimento.

Observou-se também que, nestas situações, os pais ou sogros permanecem ainda na unidade. Conforme Carneiro (2001), o filho que fica na unidade produtiva costuma também receber a incumbência de cuidar dos pais durante a velhice.

O outro caso investigado sobre opção pelo meio rural, trata-se do Jovem K, da Colônia Colorado, que embora tenha abandonado a residência da família, devido ao casamento, fixou residência em uma unidade que faz divisa com a unidade dos pais, e que pertencia ao avô. Atualmente, possui 30ha onde produz 15ha de pêssego, cria gado e ainda continua auxiliando os seus pais na produção de pêssegos. Na primeira entrevista, o jovem expôs a sua opinião sobre trabalhar no campo e o que pretendia para o seu futuro, revelou:

Eu acho o trabalho conjunto no campo com a família é mais facilitado do que trabalhar de empregado. Lá a gente se manda. Eu gosto, eu até andei pensando, não queria mais estudar quando terminar o terceiro ano, o pai quer que eu faça uma faculdade de agronomia, mas eu vou fazer e voltar para o campo, trabalhar. (Jovem K)

Este jovem diferente da maioria, realmente demonstra gostar da atividade rural. Em um segundo encontro procurou explicar quando começou o seu interesse pela atividade: “Eu desde que aprendi a caminhar, falar... estava sempre com o pai e a mãe, no meio da chácara, dos campos. Eu sempre gostei... A minha irmã também ia junto, gostava e agora não quer saber... Eu sempre quis trabalhar aqui”. (Jovem K)

Em se tratando da sua irmã, já fez a sua opção pela atividade urbana: “Ela é farmacêutica... vem aos finais de semana, ela é solteira, fica dentro de casa, nem no galpão ela vai... não quer nem saber daqui”.

Quando questionado se continuou os estudos após o término do ensino médio:

Comecei faculdade de Administração, mas abandonei... Na época era tudo pela internet e daí eu não tinha... precisava estar pedindo para outros e eu não gostava também, fiz um ano e meio. No começo eu queria agronomia... mas eu tentei fazer vestibular e não passei na época.

Diante da pergunta se tivesse concluído a faculdade poderia ter outro projeto de vida, respondeu:

Lógico que se eu fosse estudar era para ir embora. Quem estuda? Eu vejo pela minha irmã, se matou estudando e foi embora trabalhar... só que eu penso: Fazer uma Agronomia para vir para cá trabalhar por conta própria não dá certo. Já vi vários que eu conheço que se formaram e vieram fazer plantações e todos quebraram, nenhum deu certo. A tecnologia dá certo, mas tu tens que ter a experiência desde o início. Tens que saber que se tu plantar com boi ou com trator é diferente.

O depoimento acima demonstra com muita clareza o contraponto que o entrevistado faz quando relaciona o nível de educação à atividade rural. Percebe-se que ele gosta e sente-se feliz com a sua escolha profissional, expressando: “O coração é quem manda. Trabalhar sem o coração não vale a pena”, porém, pelas suas vivências não percebe a importância e também não enxerga os pontos positivos que o nível educacional possa trazer para a sua atividade na agricultura. Assim como ele, outros jovens também relacionam a educação formal associada ao meio urbano. “Se tu queres arrumar um serviço, a maioria exige 2º grau”, “quem trabalha na lavoura, não consegue adquirir muita coisa, por isso eles acabam estudando para conseguir um emprego na cidade”, “quem não estuda acaba sendo burro de carga, vir para a cidade sem conhecimento tu não tem como crescer”.

O depoimento abaixo também revela a falta de valorização do agricultor devido à falta de escolarização:

O pessoal da cidade tem certo preconceito em relação ao pessoal do interior. Eu na minha visão imagino... um colono que não tem instrução, acha que ele é burro, não tem capacidade. Eu acho que aí tem certo preconceito. Eu acho que a aparência do agricultor que é diferente, é diferente das pessoas que moram na cidade. (Jovem H)

Para alguns jovens a escolha em permanecer na atividade agrícola com baixo grau de escolaridade, associado ao pouco valor que é dado para quem trabalha na agricultura, acarreta algum ônus e embora afirmem não perceber a necessidade em “estudar para ficar no campo”, há quem pretenda dar continuidade

aos estudos para sentir-se valorizado quando circular e socializar-se em outros ambientes. Esta necessidade reflete-se no seguinte depoimento:

Eu digo para o J. C. a população é muito ignorante, tu estás no meio de uma conversa e tu diz que trabalha com agricultura, na colônia, e ficam tudo com uns olhos para ti! Nem dão importância para o que tu estás falando. Eu quero ter “um diploma”, mas se eu tiver que tocar os animais eu toco. Eu não me importo no caso de largar a minha profissão para ficar com ele aqui. Eu também gosto de campo, de animais, mas eu acho que a gente tem que ter um estudo, vai que não dê um dia, né? (Esposa de um jovem agricultor)

Tabela 7 – Síntese das principais características dos agricultores familiares com sucessão.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	ASPECTOS MAIS REPRESENTATIVOS
Idade dos pais	entre 50 e 60 anos
Idade do sucessor	entre 22 e 28 anos
Forma de obtenção da UPF	Herança
Principais atividades desenvolvidas na UPF	Persicultura, Produção de Aves, Pecuária, Produção de carvão vegetal
Divisão do trabalho	Atividades administrativas (pai); agrícolas (pai e filhos) domésticas (mãe e filhas)
Número de filhos	Famílias com até 3 filhos
Gênero	Predomínio filhos homens
Local onde os filhos residem	Predomínio na cidade
Profissão dos filhos	Agricultor, Administrador de Empresas Farmacêutica, Encarregado de Produção
Nível de Escolaridade dos filhos	Ensino Médio Incompleto a Nível Superior

Fonte: Pesquisa de Campo PPGSPAF/DCSA-UFPeI, 2005/2010.

5.2 Unidades Familiares sem Sucessores

Este tópico apresenta a análise das unidades que não possuem candidatos à sucessão.

Considerando os argumentos dos entrevistados sobre o futuro da unidade produtiva, é possível identificar que os mesmos percebem a preocupação dos agricultores em torno dessa questão. Os entrevistados reconhecem que a saída dos jovens do meio rural irá dificultar a continuidade das atividades ligadas à agricultura e, possivelmente, comprometerá o seu desenvolvimento no futuro. Este problema pode ser agravado por fatores como a idade dos que permanecem no meio rural e as suas condições físicas ou de saúde.

A faixa etária dos gestores das unidades estudadas encontra-se entre 40 e 66 anos. É oportuno relatar que apesar dos pais estarem inseridos em uma faixa etária que permite o segmento dos trabalhos nas unidades, ocorrem relatos de que os pais encontram-se com problemas de saúde. Entre 2005 e 2010, as mães de 18,1% dos entrevistados faleceram, e em outros 18,1%, suas mães apresentam problemas de saúde que as impedem de trabalhar em atividades agrícolas.

A pesquisa realizada com jovens rurais de Morro Redondo apontou que em 18,1% das unidades examinadas ocorre ausência de sucessores. Os entrevistados que já fizeram a opção pelas atividades desvinculadas da agricultura e estão inseridos no urbano, relatam com muita clareza suas escolhas e opiniões em relação aos demais candidatos a herdar a unidade produtiva:

Na propriedade, nenhum dos meus irmãos vai voltar para lá, porque hoje a agricultura praticamente não se tem o que fazer e tendo o que se fazer, mas sem rendimentos. Tu não consegues viver daquilo ali. No caso nos mesmos, o meu irmão foi para um lado eu fui pro outro. A minha irmã casou, o marido dela trabalha, ela também [ambos no meio urbano]. Então não tem como a gente voltar para lá e tentar reativar a propriedade e fazer ela produzir. (Jovem A)

O exemplo acima é de um entrevistado vindo da Colônia Colorado, cuja família possui uma unidade de 12ha e cultivam pastagens para a criação de gado. Atualmente, na unidade reside apenas o pai do jovem, que ficou viúvo, sendo que os

três filhos já residem e trabalham no meio urbano. Este jovem, na primeira entrevista, revelou o seu interesse em continuar no meio rural: “Olha eu gostaria de estudar bastante e poder voltar para o meio rural”. Revelou também que gostaria de fazer alguma faculdade que tivesse vínculo com o meio rural, citando Agronomia ou Biologia como opções.

O contato realizado, com o entrevistado, em 2010, mostrou-nos a opção por um curso técnico que o inseriu em atividades desvinculadas da agricultura. Atualmente este jovem é Técnico Mecânico e reside em Caxias do Sul – RS. Segundo suas informações, nenhum dos irmãos pretende dar continuidade ao trabalho que vem sendo desempenhado pelo seu pai.

Na Colônia São Domingos encontrou-se mais um caso de falta de sucessor. A jovem B, em 2005, deixou muito clara a sua intenção de abandonar a vida no meio rural. “A minha vontade é de ter um sítio, uma casa para fora, para vir e passar o fim de semana, e depois voltar para o meu serviço, voltar para o *meu* meio urbano, eu acho assim”.

Esta jovem passou a considerar o meio rural um lugar próprio para desenvolver atividades ligadas ao lazer, mas não para viver e trabalhar. Além disso, os seus dois irmãos também abandonaram a unidade familiar. Em entrevista, a jovem revela que incentiva os irmãos a mudarem para Caxias do Sul – RS, onde reside atualmente:

O meu irmão mais velho, hoje é caminhoneiro, mas ele também pretende ir para Caxias. Eu tenho a mesma maneira de dizer: oh... vocês vêm e ficam na minha casa. Vocês vão conseguir trabalho! Mas ele tem muito medo de largar o que ele tem aqui, mas acho que ele vai acabar se convencendo e indo, né? E o meu pai diz: Quem sabe a gente vende tudo aqui e também vai para lá. Eu não sei se isso também não vai acabar acontecendo.

Os relatos acima demonstram a desmotivação não apenas dos filhos em relação à atividade rural. O pai, talvez por sentir-se sozinho para desempenhar as atividades que a unidade exige, também almeja uma vida melhor. Este foi o único caso encontrado em que a família reflete sobre a venda da unidade produtiva.

Diante da desmotivação expressa sobre o trabalho na agricultura, elaborou-se a seguinte pergunta aos jovens: O que precisaria mudar ou melhorar no meio rural para que os jovens pudessem permanecer trabalhando em atividades agrícolas? As respostas vão na mesma direção. Observemos algumas: “Eu acho

que precisa ter um incentivo do governo. Não adianta ter um monte de gente na cidade se depois faltar alimentos”. (Jovem D)

O governo valorizar mais as coisas... ele não valoriza. Se eles valorizassem mais não teria porque eu trabalhar fora, se fosse um pagamento mais justo... como eu vou te dizer: se tu tens um milho para vender, sempre tem um atravessador não tem como tu vender direto .. tem muita burocracia, ai quem acaba ganhando é quem veio na tua propriedade e levou para lá e tá vendendo. (Jovem E)

No município investigado, apesar dos pais dos entrevistados ainda estarem inseridos em uma faixa de idade que poderia contribuir para que desenvolvessem as tarefas na unidade, os problemas de saúde já sinalizam que precisarão de apoio para manter o estabelecimento. Além disso, pode-se identificar a possibilidade de não haver substituição da gestão do patrimônio em decorrência da opção já tomada pelos filhos de desenvolver atividades profissionais no meio urbano. Este fato pode elucidar que se está determinando mais cedo quem fica e quem sai do núcleo familiar.

É importante observar que se antes os agricultores determinavam a escolha dos sucessores, construindo herdeiros e deserdados como aponta Woortmann (1995), agora se pode observar que os filhos estão influenciando os seus pais, se a unidade será contemplada ou não com um sucessor.

Tabela 8 – Síntese das principais características dos agricultores familiares sem sucessão.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	ASPECTOS MAIS REPRESENTATIVOS
Idade dos pais	entre 50 e 66 anos
Idade dos filhos	entre 21 e 43 anos
Forma de obtenção da UPF	Herança
Divisão do trabalho	Atividades administrativas (pai); agrícolas (pai e filhos) domésticas (mãe e filhas)
Número de filhos	Famílias com até 3 filhos,
Gênero	Predomínio número de filhos homens
Local onde os filhos residem	Maior parte reside na cidade, tanto filhos como filhas
Profissão dos filhos	Caminhoneiro; Auxiliar Produção, Técnico Mecânico, Desenvolvedor de Sistemas.
Nível de Escolaridade dos filhos	Ensino Médio, Curso Técnico

Fonte: Pesquisa de Campo PPGSPAF/DCSA-UFPel, 2005/2010.

5.3 Unidades Familiares com Possibilidade de Sucessores

Este tópico apresenta a análise das unidades que oferecem possibilidades de sucessão. A opção em usar o termo possibilidades, explica-se pelas condições atuais apresentadas pelos entrevistados, no que diz respeito ao atendimento aos padrões tradicionais de transmissão do patrimônio. Não se configurou, em cada um dos casos aqui selecionados, uma transparência na tomada de decisão dos possíveis sucessores, deixando margem para alterações nas suas opções, de acordo com as alternativas encontradas por cada família.

No estudo efetuado, encontrou-se 54,5% das unidades em que as vivências e trajetórias dos membros das famílias apontam para a possibilidade de sucessão profissional no futuro. Em 36,3% destes casos observados, afirma-se que a prática da herança ser destinada ao filho homem não ocorrerá, e que as filhas herdarão o estabelecimento. Estes casos incluem aquela situação em que os agricultores não contam com um filho “homem” para herdar a unidade de produção.

Com base nas possibilidades de sucessão, apresenta-se, a seguir, a caracterização dos mesmos:

Família 1) O filho (entrevistado) já fez a opção em abandonar a unidade e trabalhar em Curitiba – PR. Em sua opinião, ter abandonado o núcleo familiar não irá alterar os projetos da unidade, pois, sua irmã casou-se com um jovem agricultor e, na visão do entrevistado, possivelmente as unidades serão administradas juntamente (a do pai e a do cunhado).

Eu acho que... a minha irmã mora bem mais perto de onde ele faz feira,[refere-se ao pai] ela comprou junto com o marido dela [o pai dele faleceu] uma propriedade vizinha, 25ha e depois ele comprou outra propriedade de um vizinho, 35ha. Eu acho que eles pretendem com o tempo vender ou plantar acácia na propriedade ali em casa e ficar mais perto da minha irmã. Tem a netinha da mãe também, fica mais perto de casa. (Jovem C)

Família 2) A filha é única e já tem planos para a unidade de produção familiar. Relata que o fato de ter cursado a Faculdade de Agronomia poderá auxiliá-la na administração dos negócios da família. Observemos o seu depoimento:

Eu assim... eu trabalhar diretamente eu não queria, entendeu? Tá, eu estou estudando, relacionando a Agronomia e tal, mas como é que eu vou te dizer... eu vou ajudar eles. Eu acho que o interior, ele precisa de ajuda. Tá todo mundo saindo, ninguém quer ficar, até mesmo os homens estão querendo sair. Então eu acho que precisa de ajuda, e eu pretendo ajudar. (Jovem H)

Observa-se que ela pretende “ajudar” na unidade e, devido a sua profissão poderia prestar uma assessoria, mas quanto ao futuro da unidade o seu pensamento demonstra a dualidade em permanecer ou abandonar o núcleo familiar.

Família 3) A família tem três filhos. O entrevistado (faz Faculdade Arquitetura) já descartou a possibilidade de assumir a unidade. Relata que seu irmão também não tem interesse e pretende continuar estudando. A irmã fez Faculdade de Agronomia, retornou para casa e ainda não sabe se irá desempenhar a profissão fora da unidade familiar. O entrevistado relata: “Eu acho que a única que pretende continuar é a minha irmã”.

Família 4) A família tem duas filhas. A entrevistada revela que sua irmã mais jovem está estudando e não pretende ficar no meio rural. No caso específico da entrevistada ela deixa claro que não quer continuar trabalhando no meio rural, (atua como Agente de Saúde junto à Prefeitura Municipal) mas tem intenções de morar no meio rural. Comenta que não consegue adaptar-se com a vida na cidade, que morou em Canguçu e que retornou para a casa da família. Ainda revela: “quando eu casar, eu quero continuar morando aqui pertinho”.

Família 5) A família tem dois filhos e ambos já estão fora da unidade familiar. O entrevistado, enquanto cursava o ensino médio pensava no futuro: “provavelmente trabalhando na cidade, que seja mais fácil”. Revelava que não tinha interesse em ficar na unidade e, em relação ao seu irmão, dizia: “meu irmão não tem

interesse. Eu e o meu irmão temos a mesma idéia. Fazer o mesmo curso [Técnico], para ver se poderemos trabalhar no mesmo negócio”.

O jovem abandonou a unidade familiar, mas continua trabalhando no meio rural, como empregado em uma fazenda. Atualmente, quando questionado sobre a sucessão da unidade de produção familiar, relata:

Pelo que a gente comenta o pai enquanto ele puder, ele não tem intenção de parar de trabalhar, mas a nossa idéia é não voltar para lá tão cedo [...] Talvez mais adiante um de nós volte para continuar, né... mas não vai mais ser a mesma coisa, não vai ser plantando o que se planta hoje [...] Talvez eu, o meu irmão já é mais difícil, ele já é meio dono aqui.

O depoimento acima revela que o processo sucessório não é algo comentado no interior da família, principalmente porque os dois filhos já abandonaram a unidade. O entrevistado não descarta a possibilidade de retorno, embora perceba que teria que fazer mudanças, as quais não foram informadas.

Família 6) O entrevistado é filho único. A família possui 24ha e são produtores de fumo e leite. Na unidade de produção residem apenas os pais do entrevistado. Na primeira entrevista realizada, o jovem foi questionado se pretendia continuar trabalhando no meio rural. Sua resposta revelou: “Acho que não. Eu pretendo me formar em eletrônica, no Cefet, a parte de eletrônica é o meu interesse”.

Na atualidade, o jovem trabalha no meio urbano, como auxiliar de produção e expõe os seus planos para o futuro revelando que não pretende retornar às suas atividades no campo: “Para trabalhar na lavoura não, mas eu não queria que eles vendessem, até porque fica perto da cidade. De repente... futuramente... a cidade está crescendo, né?”

Quanto ao futuro da unidade, o jovem revela:

Pela mãe eles viriam para a cidade, mas como eles querem se aposentar, com o modelo 15... vendem leite, plantam fumo. Eles ainda não são aposentados, a mãe está encostada devido ao problema dela. Eu acho que eles não venderiam a propriedade lá, talvez um lugar de descanso no final de semana, poder cuidar uns animaizinhos para o gasto de casa.

Vejamos a opinião do jovem sobre a sua preocupação quanto ao destino da unidade de produção: “Eu não quero que os meus pais vendam a propriedade, vai que um dia dá uma zebra aí o cara tem onde parar. A propriedade serve como um refúgio”.

O jovem não relata claramente os seus planos futuros, mas alguns aspectos contribuem para que continue a transitar pelo rural: o fato de ser filho único, o fato da unidade de produção familiar ficar a 1,5km de distância da sua atual residência e a sua indisposição para venda da mesma.

Nesta situação, evidencia-se um desejo em viver na cidade que conflita com assumir a sucessão profissional e atos que revelam que ainda não abandonou o meio rural.

Neste caso, comunga-se com Stropasolas em sua investigação sobre o mundo rural no horizonte dos jovens, onde narra: “É justamente neste trajeto de ida e volta que começam a se construir os projetos de talvez ir para não mais voltar, ou experimentar para ver e rever, ou, quem sabe, um dia retornar” (STROPASOLAS, 2006, p.265).

Tabela 9 – Síntese das principais características dos agricultores familiares com Possibilidades de Sucessão.

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	ASPECTOS MAIS REPRESENTATIVOS
Idade dos pais	entre 40 e 60 anos
Idade do sucessor	entre 21 e 26 anos
Forma de obtenção da UPF	Herança
Principais atividades desenvolvidas na UPF	Persicultura, Fumo, Comércio Hortigranjeiros, Leite
Divisão do trabalho	Atividades administrativas (pai); agrícolas (pai e filhos) domésticas (mãe e filhas)
Número de filhos	Famílias com até 3 filhos
Gênero	6 homens e 5 mulheres
Local onde os filhos residem	Predomínio no rural
Profissão dos filhos	Agente de Saúde, Agricultor, Eng. Agrônoma, Serviços Gerais, Auxiliar de Produção, Técnico Automação Bancária.
Nível de escolaridade dos filhos	Ensino Médio, Curso Técnico e Superior

Fonte: Pesquisa de Campo PPGSPAF/DCSA-UFPel, 2005/2010.

6 CONCLUSÃO

O trabalho de investigação realizado buscou discutir questões relacionadas ao futuro profissional da juventude rural do município de Morro Redondo – RS. Procurou-se identificar características destes jovens e a sua disposição em reproduzir o trabalho familiar na atividade agrícola.

De um modo geral, para os jovens entrevistados no presente trabalho, a proximidade física entre o rural e o urbano contribuiu para que suas possibilidades fossem ampliadas.

Na primeira fase da pesquisa de campo, realizada em 2005, ficou evidente o interesse que os jovens entrevistados tinham em continuar estudando após o término do ensino médio. Embora alguns precisassem buscar uma ocupação imediata no mercado de trabalho, a maioria o fez para manter-se na cidade estudando. Foi possível perceber que, para a maior parcela destes entrevistados, a inserção no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos fizeram parte da estratégia de concretização dos seus projetos de vida no meio urbano.

Os dados apresentados a seguir confirmam as conclusões daquele estudo, realizado anteriormente, com os estudantes da Escola Nosso Senhor do Bonfim, de Morro Redondo – RS. Na pesquisa ora realizada, pode-se perceber que apenas 27,2% dos jovens investigados fizeram a opção de desenvolver uma atividade profissional ligada ao núcleo familiar no meio rural. A grande maioria (63,5%), já abandonou a unidade de produção familiar ou desenvolvem outro tipo de atividade profissional no meio urbano. Outros entrevistados (9,0%), já optaram pelo trabalho rural, porém fora do núcleo familiar.

Constatou-se ainda, nesta pesquisa, que a maioria dos entrevistados, logo após o término do ensino médio, desvinculou-se das atividades associadas à agricultura. Do total dos entrevistados, 27,2% fizeram a opção por cursos técnicos com a intenção de buscar uma colocação mais rápida no mercado de trabalho urbano.

A estratégia de transferirem-se para o meio urbano surge como alternativa para a continuação da formação profissional e o exercício de uma atividade melhor remunerada e valorizadora do esforço realizado. A manutenção dos projetos de vida

na cidade irá depender do rol de possibilidades individuais e também do investimento em qualificação profissional continuada.

Na opinião da maioria dos entrevistados, o principal fator que os influenciou a optar pelo meio urbano é a possibilidade da troca de rendimentos variáveis e incertos, oferecidos na atividade agrícola familiar, pela remuneração fixa que poderá ser conquistada em atividades profissionais desenvolvidas no meio urbano.

O estudo revela ainda que, embora tenham rejeitado o trabalho na agricultura, nenhum dos jovens rejeita o meio rural. Relatam que gostam da vida no campo, do estilo de vida, do contato com os animais. Sentem falta de oportunidades e de valorização para quem vive no meio rural. O que os jovens insistem em rejeitar no meio rural é a incerteza de retiradas mensais, ou seja, a dificuldade em identificar mecanismos que resultem em um rendimento fixo obtido através das atividades desenvolvidas no empreendimento familiar.

A adoção do meio rural como lugar de moradia é uma tendência que pode ser observada no presente estudo, e que já vem sendo apontada por outras pesquisas anteriormente realizadas. A proximidade física existente em Morro Redondo, entre o rural e o urbano, possibilita que alguns jovens desempenhem uma atividade na cidade e morem no campo, sem necessariamente desenvolver atividades agrícolas.

Definir quais são, de fato, as unidades de produção agrícola familiar, em Morro Redondo, que terão sucessores, é um processo que requer muito cuidado. Mesmo aqueles jovens que já decidiram que não pretendem voltar para a unidade familiar ficam indecisos em falar na liquidação da mesma. Para 45,4% dos jovens que trabalham fora da unidade familiar, a mesma é vista como um “porto seguro”. Foi comum encontrar entre os jovens a opinião de que a unidade poderá servir de recurso futuro, no caso de insucesso na experiência no meio urbano.

Entre aqueles que já fizeram a opção pelo meio rural e que tornaram a “unidade de produção” um lugar para exercer a sua atividade profissional, são jovens que gostam de viver no meio rural e também sentem-se afinizados pelas atividades exercidas no meio. Além disso, observam, na unidade familiar, oportunidades de negócios e de ganhos financeiros.

O estudo revela que a maioria dos jovens sentia a necessidade de continuar seus estudos, mesmo não vislumbrando, no espaço rural, a possibilidade de uma valorização destes esforços. No caso dos jovens que concluíram o ensino superior e

que demonstram interesse em permanecer vinculados à família, identificaram a possibilidade de exercer suas atividades profissionais e, de modo indireto, auxiliar nas atividades produtivas no meio rural, livrando-se das atividades mais pesadas e do contato direto com a terra. Estas novas possibilidades carregam consigo novas atividades que, por sua vez, trazem embutidos novos valores, que ajudam a ressignificar o lugar e o sentido de seu pertencimento.

Quanto ao grau de escolaridade dos jovens entrevistados que optaram por se tornar sucessores, encontrou-se apenas uma situação em que o indivíduo possui o ensino médio incompleto. Os demais possuem ensino médio completo ou nível superior. Esta condição levou-nos a diagnosticar que das quatro hipóteses apontadas no presente estudo, apenas a terceira, que sustentava a idéia de que permaneceriam na unidade de produção os jovens com menor grau de escolaridade não foi confirmada. O levantamento realizado nos permite concluir pela existência de sucessor, em pelo menos um caso, em que o indivíduo já possui nível superior.

É importante destacar que todos os sucessores encontrados já superaram o nível de escolaridade de seus pais. 100% dos entrevistados revelam que os pais possuem apenas o ensino fundamental. A permanecer esta situação, o cenário do meio rural do município de Morro Redondo tende a passar por intenso processo de transformações.

Um aspecto revelado nesta pesquisa, e que sugere a continuidade de estudos, é a possibilidade das mulheres assumirem a sucessão do empreendimento familiar. As informações apuradas nos permitem concluir pela existência de um percentual elevado de possíveis sucessores do gênero feminino, o que nos leva a repensar o papel da mulher no mundo do trabalho rural. Sugere-se a realização de novas investigações para apurar a influência da educação formal e da atração exercida pelo surgimento de alternativas de atividades não agrícolas na decisão de permanecer ou abandonar o meio rural.

Os elementos reunidos neste trabalho, não são definitivos e sugerem outros estudos sobre a temática. Podem ser úteis e relevantes para futuras pesquisas direcionadas para a Juventude Rural, sinalizando a elaboração de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento local voltadas para a formação e reprodução social adequadas à realidade das famílias rurais, para que estas possam olhar o seu entorno e, além de enxergar, criar possibilidades de se desenvolverem no campo.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. p 73. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos Territórios**: repensando o desenvolvimento rural. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre, 1999, 18p.

_____. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Texto para discussão nº. 702. IPEA, 2000.

_____. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 149p.

ABRAMOVAY, R. et al. **Sucessão Profissional e Transferência Hereditária na Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.Br/out/publicações/pdf/asp1-03-02> . Acesso em: 02 fev. 2004.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos G. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70. 2002.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, Hucitec, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRANDÃO, C. R. Parentes e Parceiros. In: ARANTES A. A. **Colcha de Retalhos, estudo sobre a família no Brasil**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1982.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura**: O Brasil Descoberto: Brasília, 2000.

BRUMER, Anita; PANDOLFO, Graziela; CORADINI, Lucas. **Gênero e agricultura familiar**: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil, Florianópolis, 2008.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**/Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p.205-227, 2004.

_____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

CANDIOTTO, Luciano; CORRÊA, Walquíria. **Ruralidades, Urbanidades e Tecnicização do Rural no contexto do debate cidade-campo**. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

CARNEIRO, M. J. O. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo Rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora: Campus, 1999.

_____. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.1, 2001.

CARNEIRO, M. J. O.; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado. Pp.GAS – Museu Nacional, UFRJ, 2005.

_____. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index/html>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY Miriam; LEON, Alessandro de. **Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas de Propostas de Políticas de Juventude**. São Paulo: GIFE, 2007.

CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l' espace social et crise de l' identité paysanne. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, n° 3, déc. 1986, p.73-89.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CORTEZ, F. P.; SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Ainda existe futuro? Agricultura familiar, pluriatividade e incertezas em Morro Redondo. RS. In: **Anais do 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

COSTA, José Ricardo C; COSTA, Maria Regina C. Pluriatividade e Previdência Social: Aportes para repensar a tipologia do segurado especial e as aposentadorias dos trabalhadores rurícolas. **Jurisplenum** – Trabalhista e Previdenciária, Ano IV, agosto, 2008, p.55-61.

COSTA, Maria Regina C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária. Reflexões interdisciplinares a partir da realidade do Município de Morro Redondo-RS**. Pelotas: Delfos, 2008.

DEERE, Carmem; LÉON, Magdalena. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n° 10, jul/dez, 2003.

DEMO, P. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo, Atlas, 2000.

DESER – Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Municipalização Diretrizes de Desenvolvimento e Propostas de Políticas Públicas. **Boletim Eletrônico**. Curitiba, nº 156, fev., 1997.

DURSTON, John. **Juventud y desarrollo rural**: marco conceptual u contextual. Santiago de Chile: Naciones Unidas/Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/indez.php>>. Acesso em: 13 out. 2009.

FRIGOTTO, G. Juventude trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. A Juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação no campo. **Estudo e Debate**. Lajeado, v.13, p.69-82, 2006.

FROEHLICH, José M. Rural e Natureza. **A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2002.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. A Juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação no campo. **Estudo e Debate**. Lajeado, v.13, p.69-82, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, L. A imigração italiana no RS: Fatores determinantes. In: LANDO, A. (Org.). **RS: Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

HAGUETTE, Maria T. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEREDIA, B. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

JEAN, Bruno A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v.6, p.51-75, 1994.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Guia Prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1997, p.94.

KAUTSKY, K. **A questão agrária** – a evolução da agricultura na sociedade capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KAYSER, B. *Ilis Ont Choisi La Campagne*. Paris: Editions de L'Aube, 1996. 188p. In: BIAZZO, Pedro. **Campo e Rural, Cidade e Urbano: Distinções Necessárias Para Uma Perspectiva Crítica em Geografia Agrária**. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LANDO, A, M; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. IN: DACANAL, J. H. (Org.) **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p.09-49.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**, São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, I. J. Trabalho, herança e gênero: história familiar e jogos de diferença. **Revista Temática**. N. 11/12 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, M. A. et al. **Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar**. Agric. São Paulo, 50(1), p.11, 24, 2003.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. 294 f. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MINAYO, M. C. et. al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, M. M. Os herdeiros da terra: Parentesco e Herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978, apud MACHADO, Igor José de. “Trabalho, herança e gênero: história familiar e jogos de diferença”. **Revista Temática**. N. 11/12 1998.

_____. **Os camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURE, T. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: DACANAL, J. H. (Org.) **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC. v.5, n.28, p.64-70, 1987.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p.229-252, 2004.

PEREIRA, José Carlos Alves. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais na agricultura familiar. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

RIBEIRO, E. M. A formação de dirigentes rurais no Brasil e o problema da sucessão nos anos 1990. Disponível em: <<http://www.dae.ufla.br/biblioteca>>. Acesso em: 05 mar. 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHE, J. **A Imigração alemã no RS**. Globo: Porto Alegre, 1969.

ROSA, Elane Antória. **Educação formal/rural permeando as relações do campo: um estudo de caso na Escola Estadual de Ensino Fundamental Cândida Silveira Haubmann – Tempo Integral –Arroio Grande/RS**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar/Universidade Federal de Pelotas, 2008.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta a invenção. **Estudos Avançados**. v.15, n.43, 2001.

SALAMONI, G. **Produção Familiar: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas RS**. Tese de Doutorado. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2000.

SANTOS, R. O. Sucessão Agrícola – Um estudo de caso entre Douro e Minho. Disponível em: <<http://www.isa.utl.pt/deasr/publicações>>. Acesso em: 07 set. 2004.

SARACENO, Elena. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projeots/ruralidade.html>>. Acesso em: 24 out. 2010.

SCHNEIDER, Sergio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Políticas Agrícolas**, Porto Alegre, v. 3, n. 2. 1998. p.21-54.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para a investigação. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro, In: **Boletim do Museu Nacional**, n.52, maio, 1985.

SILVESTRO, M. L. et. al. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: NEAD/Ministério D. Agrário, 2001.

SIQUEIRA, Luisa Helena S de. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOROKIN, Pitirim et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec. 1981.

SPANEVELLO, R. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SPANEVELLO, R.; LAGO, A. Arranjos e encaminhamentos da herança na agricultura familiar In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. (SOBER), 2008.

SPOSITO, Marília. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, set/out/nov, 2003.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). In: Almeida, Maria Suely. **Colcha de Retalhos Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

STROPASOLAS, W. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ULLRICH, C. D. As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.1, n.1, jun. 1980.

VEIGA, José Eli da. Perspectivas nacionais de desenvolvimento rural. In: **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Cerrado Brasileiro**. Uberlândia. SHIKI et al (Orgs.), 1997.

_____. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP. Autores Associados, 2002.

_____. A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional. In: **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, RS, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **Encontro Anual da ANPOCS**. 21. Caxambu: UFMG, 1997. p.1-12.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.): **Agricultura Familiar: realidade e perspectivas**, Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.23-56. 394.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Outubro, 2000, n.15, p.87-145.

_____. A Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, outubro, 2003.

_____. (coord). **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. Recife, 2006. Relatório de Pesquisa.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapas de estudos recentes. Brasília: MDA, 2005.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed.UNB, 1997.

ANEXOS

APÊNDICES

APÊNDICE 01
ROTEIRO DE PERGUNTAS JOVENS – 2005

Nome: _____ Idade: _____
Localidade: _____ Área: _____

1. Os teus pais são filhos de agricultores? Lembras como tua família herdou a terra?
2. Em casa participas do trabalho no campo?
3. Quais foram as primeiras atividades que começastes a fazer para ajudar teus pais?
4. Teu auxílio no trabalho vem mudando com o passar dos anos? Assumistes atribuições de maior responsabilidade?
5. Na tua família todos participam das atividades no campo? Existe diferença na divisão de atividades entre homens e mulheres?
6. Te sentes motivado(a) com o trabalho do campo?
7. O que costumavas fazer aos finais de semana? Que tipo de atividades existem na comunidade para que possas encontrar com outros jovens?
8. Quando pensas no teu futuro o que planejas?
9. Como tu pensas que ocorrerá a divisão da propriedade entre os membros da tua família? Em casa este assunto costuma ser comentado?
10. Está nos teus planos dar continuidade ao trabalho da tua família na propriedade como sucessor (a)? Comenta:
11. O que está faltando no meio rural para que os jovens sintam-se desafiados a continuarem no campo?

APÊNDICE 02

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade: _____ Profissão: _____

Local de Residência: _____

Nº de Irmãos: _____ Gênero: _____ Profissão: _____

1. Em 2005 já tinhas definido um projeto de vida que envolvia a atividade profissional. Relatavas que pretendias cursar (curso desejado). Isto se confirmou?
2. Qual foi o principal motivo que te impulsionou a mudar de atividade. Da rural para a urbana?
3. Como elaborastes os teus planos? Foi fácil tomar a decisão que irias mudar do rural para o urbano?
4. Você saberia explicar quais foram às principais razões que contribuíram para a sua saída do meio rural?
5. Qual foi a opinião dos teus pais quando perceberam que irias deixar o núcleo familiar?
6. Com a tua saída do núcleo familiar, alterou o andamento das atividades? A propriedade mantém as mesmas atividades que tinham antes? A quantidade de área aumentou ou diminuiu?
7. O fato de teres continuado os estudos te ajudou a decidir em optar pelo meio urbano?
8. O que seria necessário para você ficar trabalhando no meio rural?
9. Sentes-te feliz com a tua escolha? Do que mais sentes falta estando longe de casa?

10. De que forma manténs o vínculo com a tua família? Ajuda-os financeiramente de alguma forma?
11. Achas que existe alguma possibilidade de retornares para o meio rural? Por quê?
12. E o futuro da propriedade? Quem assumirá o controle das atividades?
13. O que tu achas que está acontecendo com os jovens de Morro Redondo?
14. O que poderia ser feito para a permanência do jovem no meio rural?

APÊNDICE 03

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade: _____ Profissão: _____

Local de Residência: _____

Nº de Irmãos: _____ Gênero: _____ Profissão: _____

1. Em 2005 já tinhas definido um projeto de vida que envolvia a atividade profissional. Relatavas que pretendias cursar (curso desejado). Isto se confirmou?
2. Você saberia explicar quais foram às principais razões que contribuíram para a sua permanência no meio rural?
3. A propriedade mantém as mesmas atividades que tinham antes? A quantidade de área aumentou ou diminuiu?
4. Quantas pessoas atualmente trabalham na propriedade? Tem algum empregado?
5. A renda gerada na propriedade é suficiente para o sustento da família?
6. Além da renda da propriedade existe algum outro tipo de renda? Trabalho em atividade não agrícola? Aposentadorias etc...
7. Sentes-te feliz com a tua escolha?
8. Quanto ao futuro da propriedade, quem assumirá o controle das atividades?
9. Existe alguma possibilidade para deixares a propriedade?
10. Pretendes dar continuidade aos estudos?
11. O que tu achas que está acontecendo com os jovens de Morro Redondo?
12. O que precisa acontecer para a permanência do jovem no meio rural?

APÊNDICE 04

ROTEIRO DE PERGUNTAS: (GERENTE RH – COSULATI)

1. Qual é a política de contratação da Cosulati? (principais exigências, tipo de exames, testes etc...)
2. Há preferência em contratar pessoas da região?
3. Tens idéia de quantos colaboradores são oriundos do rural?
4. Que perfis possuem estas pessoas? (escolaridade... idade... algum tipo de experiência)
5. Tens alguma opinião sobre a busca de trabalho de pessoas do meio rural para trabalhar na Cosulati? O que essas pessoas buscam deixando o rural? Quais são as expectativas?
6. Conheces casos de pessoas que trabalham na empresa, mas também trabalham no rural? Há diferenças entre contratar alguém do rural e do urbano? (aprendizado, motivação etc...)
7. Quem é de origem rural tem algum tipo de dificuldade para a adaptação à rotina, hierarquia ou outra dificuldade para desempenhar o seu trabalho na empresa?
8. É possível que pessoas oriundas do rural vindas para a empresa retornem para o rural ou o abandonem definitivamente?